

Título
Línguas em português
– A Lusofonia numa visão Crítica

Organizadores

...

**Revisão da Tradução
e Revisão Científica**

...

Tradução

..

Design editorial
Diana Vila Pouca

Coordenação Editorial
Isabel Pacheco,
U.Porto Press

Revisão
Maria José Cunha

Coleção *Uma língua com vista para o mar:*
Estudos de Língua Portuguesa.
N.º 1

1.ª Edição, Porto

U. PORTO PRESS

Línguas em Português

A Lusofonia numa Visão Crítica

Sweder Souza
Francisco Calvo Del Olmo
ORGANIZADORES

Índice

7

APRESENTAÇÃO

**Línguas e vozes
em português**

Francisco Calvo del Olmo
– Sweder Souza

15

PREFÁCIO

**As ações do instituto
internacional da língua
portuguesa na gestão
multilateral da língua**

Carlos Alberto Faraco

25

INTRODUÇÃO

**Lusofonia revisitada
e a crítica da celebração**

Cristine Görski Severo
– Alexandre Cohn Silveira

43

**A língua portuguesa
como variedade
nacional em angola**

Eduardo Ferreira dos Santos

59

**Entre “arranques súbitos
e freadas bruscas”:
percursos das iniciativas
oficiais brasileiras para
a promoção internacional
do português**

Leandro Diniz

77

**A língua portuguesa
na sala de aula
cabo-verdiana**

Elvira Reis

103

**Política e planejamento
linguístico na Guiné-Bissau**

Rachide Djau

121

**A Guiné-Equatorial
no cenário lusófono:
política e planejamento
linguísticos**

Charlott Eloize Leviski
– Alexandre Ant3nio Timbane

139

**O ensino do português
em Moçambique: conflitos
entre o uso prescritivo
e os usos reais**

Ermelinda Mapasse

157

**Portugal não é o dono
da língua portuguesa**

João Veloso

173

**Há uma política linguística
para o português em
São Tomé e Príncipe?**

Gabriel Antunes de Araújo

199

**A oficialidade da língua
portuguesa na paisagem
multilíngue de timor leste:
construção e manutenção
de uma história**

Joice Eloi Guimarães

– Renata Tironi de Camargo

221

**A língua portuguesa
em macau em tempos
de globalização e mobilidades:
políticas linguísticas e ensino**

Liliana Gonçalves

– Roberval Teixeira e Silva

243

**Galego e português,
uma mesma língua diferente**

Xoán Carlos Lagares

261

POSFÁCIO

**Por que insistir
na ilusofonia?**

Marcos Bagno

273

**Sobre os organizadores
e os autores**

284

Referências

Apresentação

Línguas e vozes em português

Francisco Calvo del Olmo – Sweder Souza

O breve século XX — em termos de Hobsbawm (1995) — trouxe para o conjunto da humanidade profundas transformações sociais, econômicas, políticas e também ecológicas. O crescimento exponencial das cidades, a migração de milhões de pessoas do mundo rural para o urbano, o processo de colonização e de descolonização e, por fim, a progressiva implantação das formas de vida urbanas ocidentais dentro do sistema capitalista tiveram repercussões em todas as regiões do planeta, mas afetaram de forma mais direta os países do assim chamado Sul global. Nesse quadro geral, uma dezena de línguas viram-se promovidas para além das regiões onde historicamente se formaram, passando a servir como veículos de comunicação de vastos espaços. O chinês mandarim, o espanhol, o árabe, o russo, o português, o francês e o suaíli passaram a ocupar as posições centrais na constelação das línguas da humanidade, orbitando todas elas, por sua vez, ao redor do inglês, língua hipercentral e principal veículo da globalização. Certamente, cada um desses espaços linguísticos se articula de forma diferente, seguindo tendências próprias de acordo com os seus



atores: elaboração de instrumentos descritivos e prescritivos, aplicação de políticas linguísticas articuladas desde órgãos públicos e privados, presença de mídias e produções culturais de todo tipo etc. Nesse sentido, não faltam hoje estudos que abordam o ensino, a promoção e a difusão dessas línguas globais dos pontos de vista mais variados, abrangendo desde a autocomplacência oficial até a crítica acadêmica.

Tomando como ponto de partida esse panorama, a questão que nos incentivou a propor esta obra foi justamente entender melhor como se articulam as dinâmicas centrípetas e centrífugas nas comunidades que falam português ou, ao menos, nos países que o declaram como língua oficial. Quais temas ou visões de língua são colocados em pauta e quais são evitados, o que revelam essas ênfases ou esses silêncios? Em síntese: como as comunidades *lusófonas* se explicam a si mesmas e explicam aos outros sua relação com a língua que dizem compartilhar?

Uma apresentação oficial da língua portuguesa — ou a rápida consulta a uma enciclopédia virtual — informará que ela está presente em cinco continentes e que é oficial em nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, desde 2010, Guiné Equatorial. É também idioma de comunicação oficial de uma vintena de organizações intergovernamentais tais como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a União Africana (UA), a União Europeia (UE), a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), além, é claro, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996 com o objetivo de melhorar a cooperação dos seus Estados membros e de impulsionar o papel da língua portuguesa como “meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que a falam e de projeção internacional dos valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”¹. Destarte, as comunidades que hoje são classificadas nesse *Mundo Lusófono* — termo controverso — reúnem mais de 240 milhões de falantes que a têm como língua materna ou como segunda língua. Além disso, a distribuição geográfica dos países de língua portuguesa no mundo faz dessa a língua mais falada no hemisfério sul.

¹ Disponível em: <www.cplp.org/id-2604.aspx>. Acesso em: 03 nov. 2019.

No entanto, essa fotografia oficial pouco diz dos contextos em que os usuários da língua portuguesa a empregam nas mais variadas situações comunicativas. Pensando neles é que podemos afirmar que não há *uma* língua portuguesa, existem línguas em português, retomando as palavras do escritor alentejano e Prêmio Nobel de Literatura José Saramago no documentário *Língua: vidas em português* (2004), dirigido por Victor Lopes e coproduzido por Brasil e Portugal. Neste ponto, gostaríamos de dizer que com esse título não pretendemos celebrar de forma complacente uma certa identidade lusófona, se é que isso existe, ou ficar embevecidos com a suposta grandeza da língua portuguesa, mas sim trazer reflexões críticas sobre a articulação das comunidades que compartilham o idioma em que escrevemos esta apresentação.

Observando a lusofonia por esse viés, o que logo chama nossa atenção é uma cisão nítida entre a norma usada no Brasil e a usada em Portugal, os dois únicos países onde o português é a língua hegemônica e materna da maior parte da população. Encontramos assim o português brasileiro (PB) que apresenta um perfil bem distinto como consequência de uma série de mudanças que vêm ocorrendo, principalmente, no nível sintático e que lhe outorgam um perfil particular dentro das línguas românicas, e a esse respeito propomos a consulta dos trabalhos de Castilho (2010) e de Bagno (2012). Do outro lado do Atlântico, está o português de Portugal, muitas vezes referido como português europeu (PE), de feições sintáticas mais conservadoras dentro da tipologia linguística românica (Paiva Raposo *et ali* 2013), mas que conheceu uma série de mudanças fonéticas que o afastam não só de outras variedades de português, mas também dos outros membros da família neolatina e o aproximam de sonoridades eslavas. Tanto o PB como o PE conhecem variações geográficas que enriquecem e diversificam seus respectivos perfis, mas, no caso do PB, é mais importante a polarização social, motivada pela desigualdade estrutural, que se espelha numa cisão entre a norma culta — ou *oculta* nos termos de Bagno (2003) — e os usos genuínos e vernáculos, o que acarreta forte preconceito linguístico e insegurança entre os falantes de tais variedades. Para além disso, ambos os países afirmam desenvolver uma política de promoção internacional da língua portuguesa: no caso de Portugal, ela se articula através do Instituto Camões e, no caso do Brasil, mediante os Centros Culturais

e os leitorados no exterior. Todavia, essas ações não estão isentas de contradições internas e, por vezes, de certa lógica de concorrência ou de rivalidade entre o pessoal de cada país. Leandro Diniz e João Veloso trazem suas respectivas reflexões sobre a problemática da promoção internacional do português e sobre a construção da legitimidade como “donos” ou “autoridades” dessa língua, em teoria, compartilhada, um debate que já adianta Carlos Alberto Faraco no prefácio.

Por outro lado, no cenário dos países africanos de língua portuguesa — conhecidos como PALOPs — o idioma do colonizador foi mantido após as independências, alcançadas em decorrência da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, depois de longas décadas de guerra colonial. Aqui nos parece possível estabelecer algumas diferenças no perfil linguístico dessas nações, como se verá nos respectivos capítulos, entre pequenos países litorâneos ou insulares e grandes países continentais.

Assim, por um lado, temos Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, onde o português oficial convive com línguas crioulas de bases portuguesa (além de línguas africanas no caso da Guiné-Bissau) sendo, essas línguas crioulas, os principais veículos da comunicação e da vida pública. Tal situação produz todo um *continuum* desde os crioulos mais vernáculos, até um português de feições lusitanas falado apenas em certas situações formais por membros das elites. Assim, os falantes podem transitar por esse *continuum* poroso de acordo com a situação comunicativa em que se encontram, com o grau de conhecimento de uma e outra variedade e de suas próprias preferências ou eleições discursivas, como veremos nos capítulos de Elvira Reis, Racide Djau e Gabriel Antunes de Araújo. Precisamente esse último aponta que a língua portuguesa se tornou majoritária na República de São Tomé e Príncipe no contexto da pós-independência e, por conseguinte, as outras línguas faladas no arquipélago foram progressivamente abandonadas. Um cenário que poderia se estender ao resto dos PALOPs nas próximas décadas, se o patrimônio linguístico deles não for valorizado e promovido mediante políticas públicas eficazes.

Por sua vez, Angola e Moçambique são países de vasta extensão territorial, onde o português convive com as línguas nacionais africanas, majoritariamente adstritas à família banta. No espaço urbano de cidades como Luanda e Maputo, o português tende a se tornar a língua

materna das novas gerações, o que, nas próximas décadas, poderia acarretar uma importante redução de falantes das línguas nacionais ou mesmo o desaparecimento gradual destas. Os capítulos de Eduardo Ferreira dos Santos e Ermelinda Mapasse trazem reflexões sobre os usos vernáculos do português e os conflitos que começam a surgir em relação com o que prescreve a norma. Dessa forma, apresenta-se um ambiente sociolinguístico caracterizado por um extenso multilinguismo e um contato linguístico de dupla natureza: o contato entre línguas diferentes e o contato entre variedades diferentes de português que geram situações de diglossia.

Por fim, a presença da língua portuguesa em Timor-Leste e na Guiné Equatorial é muito menor, mesmo considerando o discurso governamental daqueles territórios ou o impulso de certas políticas educacionais, sobretudo no nível universitário. Portanto, ela se insere no mosaico plurilíngue desses espaços onde ocupa uma posição minoritária em relação a outras línguas. No Timor-Leste, ela integra a paisagem linguística junto com o tétum, o inglês e o bahasa indonésio de acordo com o que os leitores podem descobrir no capítulo assinado por Joice Eloi Guimarães e Renata Tironi de Camargo. Na Guiné Equatorial, o português é a terceira língua oficial, depois do espanhol e do francês, convivendo com línguas africanas como o fang, o bubu, o seki dentre outras e ainda com o crioulo de base portuguesa conhecido como Fá d'Ambô — falado na ilha de Ano-Bom —, e com o crioulo de base inglesa chamado pichi ou krio, como explicam em detalhe Charlott Eloize Leviski e Alexandre António Timbane no capítulo dedicado a esse país.

Para além dos nove países que oficialmente compõem a CPLP, o livro que organizamos se interessou pela presença do português em duas regiões autônomas pertencentes a dois Estados: Macau na China e a Galiza na Espanha, já que ambas têm estreitos vínculos históricos com a *esfera lusófona*. Em Macau, o português convive como o chinês mandarim e o cantonês no contexto do ensino, como explicam Liliana Gonçalves e Roberval Teixeira e Silva em seu capítulo. No outro extremo do domínio linguístico, ao norte de Portugal, a Galiza tem o galego como língua cooficial junto com o espanhol. Apesar da grande proximidade estrutural com o português, o galego possui hoje uma norma própria, ditada pela Real Academia Galega (RAG), autônoma da

norma — e da(s) ortografia(s) — do português padrão. Ao mesmo tempo, iniciativas procedentes de movimentos cidadãos defendem, desde vários pontos de vista, a (re)integração da Galiza e o diálogo com os países de língua portuguesa, como se vê no capítulo de Xoán Lagares.

Dado que o objetivo comum a todas as contribuições do livro são as práticas sociais que envolvem questões de língua(gem) e, igualmente, os aspectos políticos imbricados em tais práticas, propusemos às autoras e aos autores explicar como essas questões se desenvolvem em cada país. A CPLP reafirma que a promoção da língua portuguesa se faz indubitavelmente através dos sistemas de ensino, responsáveis pela formação linguística da cidadania. O prefácio, escrito por Carlos Alberto Faraco, a introdução, de autoria de Cristine Görski Severo e Alexandre Cohn Silveira, e o posfácio, de Marcos Bagno, completam o mosaico de vozes e perspectivas críticas sobre os projetos políticos, majoritariamente circunscritos a uma lógica (neo)colonial, e os órgãos que articulam esse espaço. Destaca-se aqui o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na capital cabo-verdiana da Praia, que se engajou na produção de ferramentas e elementos normativos, como o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), a partir do consenso entre seus membros.

Assim, a multiplicidade que evoca o título, *Línguas em português*, se articula nas *vozes em português* dos autores e autoras com o objetivo de oferecer um amplo painel à leitora e ao leitor em relação às facetas e perfis que a língua portuguesa apresenta como componente de sociedades profundamente diversas, no começo da terceira década do século XXI.

Nesse contexto geral, os olhares das pesquisadoras e pesquisadores se dirigem a distintos elementos que direcionam e articulam as políticas linguísticas implementadas, tais como os currículos de ensino-aprendizagem, as certificações de língua(s), a aceitação do uso de determinada(s) língua(s) nacionais e/ou alóctone(s) no espaço público, as declarações de organismos públicos e autoridades, a produção e difusão de materiais didáticos. Consequentemente, surgem perguntas que ampliam o debate: quais são os atores no âmbito público, privado e associativo? Que língua ou que línguas falam? Com quais línguas ou variedades eles se identificam? Qual a constituição histórica, política, ideológica desses sujeitos? A quem pertencem as línguas que se veem

promovidas ou rejeitadas nesse processo? Quais as possibilidades de comunicação, de trocas e diálogos no interior dessas comunidades e com outras mais ou menos afastadas?

Um assunto de tanta complexidade não pode se exaurir na extensão de uma obra e, certamente, não foi essa nossa intenção ao lançar a proposta. Pretendemos apenas contribuir para explorar esse vasto espaço em diálogo com colegas que também se interessam por aquelas políticas educacionais que têm como meio e fim a língua portuguesa. Independentemente da perspectiva teórica adotada em cada capítulo, todos eles traçam espaços comuns de reflexão. Esperamos contribuir para destravar alguns nós e lançar nova luz a questões antigas, ainda que, nessa mesma ação, talvez tenhamos produzido novos questionamentos e problematizações, integrando assim esse livro com outros que visam objetivos análogos, como o volume organizado por Luiz Paulo da Moita Lopes (2014) ou o de Sílvia Melo-Pfeifer e Paulo Feytor Pinto (2018).

Antes de concluir nossa apresentação, devemos agradecer a todas as autoras e autores que aceitaram nosso convite, acreditaram na realização deste trabalho e dedicaram tempo a redigir e revisar os capítulos. Igualmente assumimos a responsabilidade como organizadores sobre qualquer descuido ou imprecisão que puder existir. E, por fim, desejamos uma boa leitura.

Prefácio

As ações do instituto internacional da língua portuguesa na gestão multilateral da língua

Carlos Alberto Faraco

Este livro, organizado por Sweder Souza e Francisco Calvo del Olmo, traz uma importante e indispensável contribuição para nossos debates sobre a língua portuguesa no contexto contemporâneo. Apresenta um panorama atualizado da situação do português nos diferentes espaços nacionais em que é língua oficial; explora criticamente discursos que recobrem a língua; acrescenta informações relevantes da posição geopolítico-linguística de Macau; e, como não poderia deixar de fazê-lo, situa o galego nesse complexo quadro.

A língua portuguesa, que até meio século atrás, era exclusiva de dois países, está hoje espalhada por nove países e tem um contingente aproximado de 240 milhões de falantes. E esse número está em franco crescimento. Deve duplicar nos próximos 50 ou 80 anos, considerando, principalmente, a esperada explosão demográfica a ocorrer, nesse período, em Angola e Moçambique, segundo previsões da ONU, no seu *World Population Prospects: 2015 revision*.



A língua portuguesa é uma língua internacional que, até há bem pouco tempo, atraía pouca atenção para fora de seu círculo de oficialidade. Nos últimos 15 ou 20 anos, porém, o interesse por ela cresceu significativamente. Bastaria lembrar aqui que só na China há hoje mais de 20 universidades que estão oferecendo cursos de português como língua estrangeira.

Vale, porém, acrescentar algumas outras informações relevantes. No México, por exemplo, só na UNAM (Universidade Nacional Autónoma do México), há anualmente entre 1300 a 2000 alunos matriculados nos cursos de português língua estrangeira. A UNAM oferece cursos de 18 línguas diferentes e o português é a 4^a mais procurada, perdendo apenas para o inglês, o francês e o alemão.

Do mesmo modo, houve, nas universidades dos Estados Unidos, nos últimos dez anos, um crescimento de 40% na procura pelos cursos de português língua estrangeira.

Outro indicador interessante é a oferta obrigatória de português como língua estrangeira no ensino médio de vários países da América do Sul e do Sul da África, vizinhos nossos e de Angola e Moçambique. Podemos citar aqui, entre outros, o Uruguai, a Argentina, a Namíbia, a Zâmbia e a África do Sul.

Por tudo isso, a promoção internacional do português é, no momento, uma questão de primeira grandeza. E falar hoje sobre a promoção internacional de uma língua vai muito além da reiteração apenas das balizas tradicionais que se fixavam em dois grandes eixos: o cultivo retórico-estilístico da língua e a difusão da literatura como expressão superior dos valores artísticos-culturais.

Nossa agenda com vistas à valorização internacional da língua se ampliou consideravelmente nas últimas décadas, passando a incluir temas como sua utilização nas ciências e na inovação tecnológica, nas atividades político-diplomáticas e no mundo digital.

A promoção e difusão da língua portuguesa é um dos três grandes objetivos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Para materializar este objetivo, a Comunidade tem no IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa) seu principal instrumento. Com sede na Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde, o IILP foi criado em 1989 na primeira reunião dos Chefes de Estado e de Governo

dos Países de Língua Oficial Portuguesa que se realizou aqui no Brasil em São Luís do Maranhão. O IILP foi, portanto, criado antes da CPLP, mas foi, depois, incorporado a ela.

Apesar do caráter inovador de sua concepção — como tentarei mostrar adiante — o Instituto permaneceu praticamente inerte até a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Brasília em 2010.

Essa Conferência foi a primeira iniciativa concreta da CPLP para definir diretrizes, metas e projetos com vistas ao cumprimento de seu grande objetivo de promoção e difusão da língua portuguesa. Nessa I Conferência, foram acordadas várias metas tendo como referência alguns temas básicos, como, por exemplo, a ampliação da presença do português como língua de trabalho nos organismos internacionais com vistas a garantir uma utilização sua mais forte nas atividades político-diplomáticas.

Acordaram-se também metas relativas a seu ensino como L1, L2 e língua estrangeira; e também como língua de herança para que as diversas diásporas falantes de português mundo afora não percam a língua e mantenham vínculos com seus países e suas culturas de origem.

Essas metas foram consolidadas no *Plano de Ação de Brasília* e muitas delas foram atribuídas diretamente ao IILP, sinalizando assim a vontade da Comunidade de reativar o Instituto e de dar a ele a centralidade na condução das ações da CPLP na consecução de seu terceiro grande objetivo.

Em 2013, realizou-se, em Lisboa, a II Conferência que introduziu nos debates os temas da língua portuguesa nas ciências, na inovação e na chamada economia criativa, áreas em que reconhecidamente o português não tem ainda forte presença internacional. As decisões dessa II Conferência foram consolidadas no *Plano de Ação de Lisboa*.

Por fim, em 2016 realizou-se a III Conferência, desta vez em Díli, durante o período em que Timor-Leste exerceu a presidência temporária da CPLP. O *Plano de Ação de Díli* incluiu entre seus eixos a promoção do português como língua pluricêntrica e em contextos multilíngues. Ou seja, a Conferência de Díli deu ênfase a dois aspectos que deverão nos ocupar bastante no futuro imediato.

Primeiro, o reconhecimento do português como uma língua que, em seu dinamismo sócio-histórico atual, não tem um único, mas vários centros irradiadores de modelos de referência linguística e cultural, devendo essa diversidade estar cada vez mais explícita e transparente nas nossas políticas de promoção e difusão da língua.

Por outro lado, ao destacar a questão do português em contextos multilíngues, que é a realidade de praticamente todos os países de língua oficial portuguesa, a Conferência de Díli acolhe uma preocupação política crescente na nossa Comunidade, qual seja, a de que a expansão do português, em decorrência de seu caráter de língua oficial, língua do Estado, não se faça glotofagicamente — ou seja, que tal expansão não implique a destruição da rica diversidade linguística das nossas sociedades nas quais se falam, no total, aproximadamente 400 línguas — 200 só no Brasil.

Realizamos, portanto, nos últimos dez anos, três grandes conferências internacionais das quais emergiram três Planos de Ação que se somam e configuram um amplo quadro de políticas para a língua portuguesa no plano internacional e que podem orientar as iniciativas de promoção multilateral da língua portuguesa pelos Estados-membros da CPLP.

A questão é saber se as ações multilaterais serão de fato possíveis; e quanto poderá ser concretizado de cada um desses Planos. É precisamente nessa direção que o Conselho Científico do IILP tem trabalhado, defendendo, de um lado, a necessidade de avaliação contínua do que se tem feito para tirar os Planos do papel; e, de outro, incentivando a identificação de ações que unam os esforços dos Estados-Membros para a realização em conjunto das diversas metas dos três Planos.

Historicamente, Portugal e Brasil têm desenvolvido ações próprias de promoção e difusão internacional da língua acopladas à promoção e difusão de suas respectivas culturas. Essas ações de caráter nacional continuam ocorrendo — em Portugal, por meio do Instituto Camões e, no Brasil, por meio da nossa rede de Centros Culturais e leitorados em universidades estrangeiras.

É desejável, obviamente, que essas ações continuem a ocorrer até para que se reforce o caráter pluricêntrico do português. No entanto, desde a criação da CPLP, passamos a ter o desafio de viabilizar também

políticas e ações conjuntas e multilaterais que, de forma alguma, conflitam com as políticas e ações nacionais nem pretendem substituí-las. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa não foi criado para substituir ou se sobrepor ao Camões ou à Rede Brasil Cultural. Ele tem sua esfera própria de competências e atribuições.

É importante, então, que se diga que este modelo de gestão conjunta e multilateral da língua portuguesa consubstanciado no IILP é único no mundo. Nenhuma outra das principais línguas internacionais tem um modelo semelhante de gestão, promoção e difusão. O inglês foi sempre gerido, promovido e difundido por iniciativas unilaterais da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos e hoje se promove quase espontaneamente em decorrência de ter se tornado a principal língua da ciência, da inovação tecnológica e dos negócios internacionais.

O francês e o espanhol, diferentemente do inglês, têm espaços coletivos de gestão, mas esses espaços funcionam sob uma perspectiva altamente centralizada, na medida em que a França e a Espanha criaram historicamente instituições próprias de gestão caracterizadas por uma concepção fortemente patrimonialista da língua — a língua assumida como propriedade da França ou da Espanha.

À medida que, no fim da era colonial, novos países nasceram e adotaram o espanhol ou o francês como língua do Estado, essas instituições centrais tiveram de flexibilizar sua perspectiva patrimonialista, mas o fizeram sem jamais abrir mão de sua condição de *primum inter pares*.

Ora, Portugal nunca desenvolveu uma política centralizada de gestão da língua. E a minha hipótese para esse fato é que Portugal, diferentemente da Espanha e da França, nunca teve uma questão linguística propriamente dita. E isso porque Portugal não se constituiu pela incorporação de vários reinos autônomos, com suas próprias línguas em confronto com a língua do Estado Centralizado, como foi a composição política da Espanha e da França.

Portugal se constituiu politicamente por expansão do núcleo originário, que estava no norte da faixa ocidental da Península Ibérica e, nesse processo, foi incorporando territórios não densamente povoados e não mais submetidos a uma ordem política consolidada.

A língua vernácula que vinha do Norte foi se estabelecendo, sem maiores conflitos, por todo esse novo ente político. Desse modo, a língua nunca foi propriamente um problema na sociedade portuguesa como foi e tem sido na Espanha e na França.

Como uma espécie de bônus histórico, esse fato tornou possível criar modernamente um modelo em que todos os países de língua oficial portuguesa podem se sentir efetivos coproprietários da língua e podem geri-la, promovê-la e difundi-la de forma coletiva e multilateral sem qualquer viés centralista.

Isso não quer dizer que aqui ou ali, de tempos em tempos, não emergam discursos de viés patrimonialista sobre o português. No entanto, é bem evidente que tais discursos não são acolhidos e referendados pelos governos dos nossos países, que continuam, ao que tudo indica, comprometidos com uma perspectiva antipatrimonialista e com uma política clara de gestão, promoção e difusão da língua em conjunto, descentralizada e multilateral.

E o IILP é o fórum político para essa gestão descentralizada, coletiva e multilateral. Não há outro fórum na Comunidade capaz de articular as ações conjuntas de todos os países da CPLP em relação à língua.

Nesse sentido, é importante deixar claro que o IILP não é propriamente um órgão executivo, mas fundamentalmente estratégico. Ou seja, cabe a ele, por meio de seu Conselho Científico, em que todos os países estão representados em igualdade de condições, definir os projetos estratégicos para viabilizar as metas dos Planos de Ação saídos das Conferências Internacionais e localizar instituições que, sob sua supervisão, possam executar tais projetos.

Foi assim que se realizou o projeto do Vocabulário Ortográfico Comum, projeto esse que tem servido de modelo para todos os novos projetos do IILP.

O Vocabulário Ortográfico Comum, previsto no Acordo Ortográfico de 1990, foi incluído como meta no Plano de Ação de Brasília e atribuída sua realização ao IILP. Na sequência, o IILP identificou o ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), hoje agregado à Universidade de Coimbra, como a instituição técnica melhor preparada para executar o projeto, e se consorciou com ele.

Definiram-se, então, parâmetros técnicos tanto para agregar, numa só base, os vocabulários ortográficos portugueses e brasileiros já existentes e consolidados, quanto para estimular a produção de vocabulários ortográficos nos outros países que ainda não dispunham de um como os que já foram elaborados, seguindo uma mesma metodologia, em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Esse Vocabulário Ortográfico Comum tem um significado bastante especial na história da língua: é a primeira vez que temos, numa única base, um Vocabulário Ortográfico ecumênico. Ele servirá de referência tanto para a consolidação da ortografia, quanto para a elaboração futura de novos dicionários gerais muito mais abrangentes e representativos do que todos os dicionários atualmente existentes. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a valorização internacional da língua portuguesa.

Nenhuma língua se promove e se difunde no plano internacional se não dispuser de três instrumentos linguísticos essenciais: uma base ortográfica consolidada, um dicionário geral representativo de sua unidade e de sua diversidade e uma gramática comparativa igualmente representativa de sua unidade e diversidade.

O português, como bem sabemos, alcançou muito tardiamente a consolidação de uma base ortográfica e o Vocabulário Ortográfico Comum, lançado oficialmente em 2016, nos dá hoje essa importante e indispensável referência.

Precisamos agora, a partir dele, estimular a produção de um novo dicionário geral que supere as limitações dos dicionários tradicionais que se limitaram historicamente ao léxico corrente em Portugal e no Brasil. O Vocabulário Ortográfico Comum é um ponto de partida para ampliarmos nossas referências lexicais, incorporando ao novo dicionário geral o que é corrente nos países africanos e no Timor-Leste.

Por fim, precisamos também começar a discutir a elaboração de uma gramática comparativa das muitas variedades da língua que represente os usos cultos correntes nas diversas sociedades em que o português é falado. É esse instrumento que, registrando a unidade e a diversidade de usos, nos permitirá envidar os necessários esforços para garantir que a diversidade e a pluricentralidade não redundem em quebra da unidade de base.

Esse e outros projetos (como o das Terminologias Científicas e Técnicas) dão a dimensão da importância do IILP para encaminhar ações de ampla repercussão para uma efetiva valorização internacional da língua portuguesa.

Apesar disso tudo, é perceptível que o IILP não está ainda plenamente incorporado à estrutura e ao funcionamento da CPLP. Ainda ocorrem iniciativas da Comunidade com foco na língua sem que elas passem pelo Instituto. Nesse sentido, e para superar essa situação, o Conselho Científico do IILP tem insistido, em seus pronunciamentos, na importância de não se dispersarem as iniciativas e de se envolver o IILP sempre que a língua portuguesa é tema da Comunidade e na Comunidade.

Por outro lado, é também perceptível que o IILP não está ainda suficientemente assumido como instância política e técnica por todos os Estados-membros da CPLP. Nem todos têm representação no Conselho Científico do Instituto; dos que têm representação, nem todos são assíduos às reuniões do Conselho Científico. E, por fim, nem todos os países têm sido pontuais no pagamento de suas cotas anuais para o orçamento do Instituto.

Isso tudo fragiliza o IILP, que se vê diminuído politicamente e precarizado financeiramente, o que é, evidentemente, de se lamentar se tivermos em conta que estamos vivenciando, como dissemos antes, um crescimento exponencial do interesse pela língua portuguesa no plano internacional.

Temos, portanto, muitos desafios na gestão das questões da língua. De um lado, definir políticas de Estado e, de outro, ter um envolvimento mais ativo no processo de tornar viável o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

~

Introdução

Lusofonia revisitada e a crítica da celebração

Cristine Görski Severo – Alexandre Cohn Silveira

Acreditamos que a reflexão sobre o papel da língua portuguesa e da lusofonia no mundo contemporâneo exige uma reflexão política que considere o percurso histórico de emergência da ideia de lusofonia, fortemente vinculada ao colonialismo português. Essa postura crítica é importante, especialmente quando nos colocamos diante de discursos celebratórios em defesa de uma lusofonia “fraterna”, “una”, “necessária”, “promotora de desenvolvimento” e incentivadora da expansão do português no mundo. Nosso posicionamento nessa discussão não é pragmática, mas político-discursiva, ocupada com os significados históricos atribuídos à língua portuguesa, bem como com as ressonâncias contemporâneas desses significados. Trata-se de refletir sobre o que se entende por língua e diversidade, especialmente em contextos multilíngues e multiculturais, como o africano e o asiático. Isso porque sabemos que a língua portuguesa com estatuto de oficialidade em vários países “só é acessível a uma pequena porção da sociedade e, portanto, tal como as línguas locais, é também um fator de divisão” (SITOE, 2014, p. 44).



A língua portuguesa, assumida como um “patrimônio comum” que ajuda a criar a “identidade específica dos países e povos que integram a CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa]” (Ilharco e Murargy, 2014, p. 54), ocupa um lugar simbólico e político central. A CPLP tornou-se um ator institucional relevante na mediação das relações internacionais “lusófonas”, cuja ação, a pretexto da língua comum entre os estados-membros, promove o intercâmbio de ações políticas e empresariais entre os partícipes, constituindo-se como importante bloco político-econômico no cenário mundial. A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 e, embora tenha surgido como iniciativa da embaixada brasileira, com o passar do tempo se tornou “[...] um dos aspectos fundamentais da política externa portuguesa nos últimos anos” (FREIXO, 2009, p. 49), ressoando o sonho de dominação colonial do quinto império (MARGARIDO, 2000). Propomos que o caráter empresarial da CPLP — reforçado durante a X Cimeira de chefes de Estado e de Governo da CPLP, ocorrida em Díli¹, juntamente com a inclusão da Guiné-Equatorial como estado-membro da Comunidade — evidenciou interesses políticos e econômicos para além de questões linguísticas ou culturais, o que tem contribuído para intensificar uma visão mercantil e econômica de língua (DINIZ, 2015; SEVERO, 2015; LEVISKI, 2015; ZOPPI-FONTANA, 2009), fazendo com que as iniciativas em torno da difusão da língua portuguesa operem mais segundo uma lógica da “economia linguística” do que da “política linguística”. Nesse sentido, insistimos na especificidade do conceito de política, entendido como o lugar de inscrição da pluralidade, do discurso e da ação, em um contexto de práticas e exercício da liberdade (ARENDDT, 2010).

Exploramos a seguir os significados e papéis atribuídos à língua portuguesa a partir de duas orientações: uma histórica, que retrata uma visão panorâmica sobre o percurso colonial e pós-independência da língua portuguesa em contextos variados; outra contemporânea, que aborda os sentidos de lusofonia a partir de uma perspectiva crítica. Não pretendemos, evidentemente, esgotar a discussão — tão relevante e necessária nos dias de hoje —, mas contribuir para uma postura prudente, reflexiva e calma a respeito dos sentidos de língua, diversidade e,

¹ Cf. CPLP, 2014.

sobretudo, de política linguística. Essa postura se faz necessária, especialmente diante do estado de urgência e imediatismo que muitas vezes caracteriza as ações políticas atuais.

Língua Portuguesa, Política e História

Sobre a importância de uma perspectiva histórico-política para se compreender contextos colonizados, Stroud (2002, p.28) destaca que “durante os tempos coloniais, a regulação e controle de línguas em nome dos poderes coloniais era um importante instrumento de gestão da colônia”, que favorecia o uso de línguas europeias ou metropolitanas em detrimento das línguas locais. Sabemos que tais práticas de distribuição do valor social das línguas a partir de uma política explícita — que proibia o uso de línguas locais em contextos públicos, por exemplo — favoreceu as línguas de prestígio, geralmente as europeias, como o português ou espanhol, no caso da colonização ibérica. Nesse contexto, as línguas locais foram representadas como sendo “[...] caóticas, imprecisas, sem abstração e não línguas ‘de verdade’, ‘apenas’ dialetos” (STROUD, 2002, p.28). Exemplos dessa depreciação, no contexto angolano, são os termos “pretoguês”, “português de preto”, “português moreno” e “dialeto” para designar a variedade linguística falada pelos angolanos (MINGAS, 2000). Outro exemplo é a expressão “português do quintal” para designar a língua aprendida pelos africanos que trabalhavam em serviços domésticos nas casas de portugueses brancos (PENVENNE, 1995). Em Moçambique, essa língua era chamada depreciativamente de “língua de cão” ou *Chope* (CHIMBUTANE, 2013).

No contexto da colonização portuguesa, entendemos que “[...] durante o século XVI, na medida em que o colonizador português estabelecia sua presença em cidades portuárias da Ásia e da África Oriental, a língua portuguesa era cada vez mais adotada como um meio de comunicação internacional, embora de forma simplificada”² (DISNEY, p. 2011, p. 299).

² No original: “[...] during the course of the sixteenth century, as the Portuguese established their presence throughout the port cities of Asia and East Africa, Portuguese itself was increasingly adopted as an international medium of communication, albeit in a simplified form.”

A língua portuguesa tornou-se, efetivamente, um signo político, econômico, religioso e cultural de expansão cristã-portuguesa. Exemplo evidente desse motivação religiosa-política foi o padroado português, um sistema que operou por um acordo entre o Reino e a Igreja, delegando ao rei o poder de organizar e financiar as atividades religiosas nas colônias; nesse sistema, os jesuítas desempenharam papel relevante, seja pela cristianização dos povos locais e a sistematização de algumas de suas línguas – tupi, guarani, quimbundo e quicongo –, seja pela expansão da língua portuguesa nesses contextos. Sabemos que a cristianização de lideranças africanas e asiáticas no contexto colonial foi uma prática recorrente: “a responsabilidade por doutrinar e batizar os pagãos [principalmente os líderes] foi aceita pela coroa desde o início da expansão”³ (DISNEY, 2011, p. 306). Nesse contexto, coube em grande medida aos jesuítas a invenção de *cristianletos*, entendidos como:

um conjunto de discursos e instrumentos linguísticos que foram usados como mecanismo de dominação ao enquadrar as pessoas e as línguas de formas específicas, seja pela invenção e nomeação de línguas locais, seja pela produção e disseminação de diversos discursos sobre os povos e as línguas (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 29).

Reconhecemos que tais *cristianletos* ainda atuam contemporaneamente, seja por um modelo epistemológico de língua que enquadrava as línguas locais, seja pelo caráter messiânico e salvacionista que caracteriza várias iniciativas em torno da expansão e difusão da língua portuguesa no mundo.

Em termos de legislação colonial que abordou direta ou indiretamente a questão das línguas, podemos mencionar alguns exemplos que afetaram o contexto africano. Tais exemplos ilustram o papel central que a língua portuguesa desempenhou na política colonialista:

³ “responsibility for indoctrinating and baptizing pagans [mainly leaders] was accepted by the crown from very early in the expansion.”

Em 1921 o uso de línguas africanas em escolas missionárias foi proibido pelo Decreto português n. 77 de 09 de dezembro, emitido pelo governador provincial de Angola Norton de Matos; segundo esse decreto, as línguas africanas deveriam ser usadas apenas para fins religiosos ou como auxiliares no ensino de português para as crianças, e o uso da língua portuguesa nas missões seria obrigatório (RAMOS, 1970).

Em 1940, um Acordo Missionário foi assinado entre Portugal e Roma, conferindo às missões católicas maior controle sobre a educação na África portuguesa e sobre o ensino de língua portuguesa, conforme atestado pelo artigo 16: “Nas escolas indígenas missionárias é obrigatório o ensino da língua portuguesa, ficando plenamente livre, em harmonia com os princípios da Igreja, o uso da língua indígena no ensino da religião católica”⁴.

Em 1929 foi instaurado o *Estatuto do Indigenato*, que durou até 1961. Tratou-se de um conjunto de iniciativas oficiais que visavam regular e determinar, em termos de direitos e deveres, a vida dos povos africanos colonizados por Portugal, especialmente Guiné, Angola e Moçambique. Entre os documentos que integravam tal *Estatuto*, estão: *Acto Colonial* (1930), a *Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina* (1933) e o *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique* (1954).

Como exemplo do papel desempenhado pela língua portuguesa na determinação de categorias identitárias e de acesso a direitos estava a exigência de conhecimento da língua, conforme o Estatuto do Indigenato, como condição para aqueles africanos que buscassem “ascender” da categoria de indígena para a de cidadão, conforme o artigo 56.º do documento:

⁴ Documento disponível em < http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html > Acesso em 02 de fev de 2019.

Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente aos requisitos seguintes: a) Ter mais de 18 anos; b) Falar corretamente a língua portuguesa; c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor.

Tratou-se, portanto, de uma política linguístico-identitária em que o conhecimento da língua portuguesa se vinculava a uma série de normas comportamentais e culturais, em sintonia com a política colonialista lusófona. Percebemos, assim, a maneira como “as descrições linguísticas criaram hierarquias sociolinguísticas no interior das línguas e entre as línguas que foram projetadas sobre categorias como classe, gênero, etnicidade e que legitimaram a exploração de certos grupos”⁵ (STROUD, 2007, p. 26) Tais hierarquias sociolinguísticas ainda são reforçadas e naturalizadas em políticas linguísticas contemporâneas.

Dentre vários pesquisadores que se dedicam aos estudos da chamada “linguística africana”, Menezes (2013) defende que cabe aos africanos buscar caminhos para uma reorganização em termos sociais e político-linguísticos que melhor lidem com os conflitos linguísticos atuais. Godfrey N. Uzoigwe (2010) atribui a Bismark, no século XIX, a responsabilidade pela legitimação do desrespeito às variedades culturais e linguísticas africanas. Conhecemos o papel político desempenhado pela Conferência de Berlim (1884-1885) de retalhar o continente africano entre 14 potências colonialistas, sem presença de qualquer representação africana, instaurando fronteiras artificiais, criando novos agrupamentos e desfazendo outros. Sob essa cartografia

⁵ “Linguistic descriptions created sociolinguistic hierarchies within and between languages which were projected upon categories such as class, gender, ethnicity, and which legitimized the exploitation of certain groups.”

inventada, existe em todos os países africanos um universo multiétnico e multilíngue, que extrapola as fronteiras geopolíticas. Essa diversidade violentamente modificada pelas ações coloniais reflete nas lógicas de entendimento do que hoje é considerado como “língua”.

No contexto angolano contemporâneo, o pesquisador Mona Mpanzu (2016, s.p.) tece uma crítica à centralidade luso-brasileira nas políticas envolvendo a língua portuguesa no cenário internacional, sinalizando para uma prática política e econômica que tem favorecido Portugal e Brasil em detrimento dos países africanos: “[...]os países que estão no centro da difusão da ideia e do projecto de Lusofonia são aqueles cujas variedades nacionais de português, o português europeu e do Brasil, têm mais visibilidade e representatividade, como nunca cessam de lamentar os linguistas e políticos africanos.” Essa centralidade europeia e brasileira em torno das políticas envolvendo a língua portuguesa contribui para aquilo que o autor considera uma “idealização romântica e uma monumentalização da língua patrimônio” (2016, s.p). Nessa idealização, os discursos de promoção do português reforçam uma visão abstrata, reificada e cristalizada de língua, tomando como referência uma língua imaginária que definiria supostos elos amigáveis e solidários entre geopolíticas diferentes, e amortecendo as memórias coloniais e colonizadoras.

No contexto oriental, os atravessamentos coloniais portugueses foram igualmente violentos, envolvendo, inclusive, a escravização de indivíduos, fato pouco explorado pela bibliografia sobre o colonialismo português na Ásia. Kammen (2010) é um dos poucos historiadores que discute a escravização de timorenses como um dos interesses portugueses naquela colônia. A escravização teria se tornado o segundo comércio mais lucrativo, depois do sândalo, de acordo com Boxer (2002). A escravização de timorenses, como qualquer outra ação colonial portuguesa, também obteve o apoio da Igreja, conforme relata Thomaz (2001), através de acordos firmados entre os portugueses e os *topazes*, mestiços luso-asiáticos e cristãos nativos assimilados à cultura portuguesa, que serviam de mediadores locais entre colonizadores e colonizados. Como exemplo da importância da escravização nesse contexto, destacamos a carta do bispo de Macau, em 1784, reclamando à rainha D. Maria I uma indenização pelas

perdas financeiras que teve em termos de alimentos, armamentos e escravos, durante viagem para cumprir missão oficial na região de Alor e Timor (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1782).

Sobre o papel da Igreja em Timor Leste, Fernandes (2011) salienta o papel desempenhado pelos frades Dominicanos na conquista de cristãos para a Igreja e de vassalos para a Coroa. As conversões, em Timor, se davam a partir dos régulos locais e, dada suas autoridades perante os demais timorenses, atingiam outras camadas da população, promovendo distinções hierárquicas de privilégio entre os indivíduos por conta da maior ou menor assimilação da língua, da cultura e da religião da metrópole colonial (PAULINO, 2012). Nas colônias asiáticas portuguesas, a língua da metrópole esteve igualmente atrelada à cultura portuguesa e ao cristianismo, agregando valores e significados sociais distintivos à língua. Apenas no século XIX, em parte pelos missionários católicos, Timor conheceu o ensino formal em língua portuguesa, idioma que simbolizava uma gama de valores morais relativos à catequese e ao universo cultural português, levados à população com o intuito de se promover “civilização” e “desenvolvimento”.

Timor, sendo uma colônia de exploração, ou “[...]uma colônia bastarda, a mais remota, rebelde e negligenciada (...) a antecâmara do inferno”, de acordo com Ramos-Horta (apud CUNHA, 2001, p.27), não possuía legislações coloniais específicas para seu território e suas gentes. Entretanto, os decretos que existiam a respeito das colônias africanas também se aplicavam a Timor, que fora incluído na legislação colonial a partir do *Acto Colonial de Salazar*, em 1930, compondo o chamado Império Colonial Português. A partir desse documento, as categorizações de indivíduos timorenses como “indígena” e “assimilado”, ambas atreladas à questão linguística, estabeleceram formalmente um sistema social de privilégios e marginalizações a partir da língua e da cultura portuguesas tomadas como referência.

Aspectos culturais locais — como os rituais religiosos considerados “animistas”, e a diversidade linguística existente — foram definidos nos discursos como “primitivos”, sendo marginalizados e silenciados (SILVEIRA, 2018). Hoje, o legado do passado colonial português em Timor-Leste — país que também atravessou 25 anos de domínio da Indoné-

sia com políticas repressoras que proibiram o uso do idioma lusitano — serve de pano de fundo para políticas linguísticas institucionais que defendem a utilização da língua portuguesa pela população, enfrentando, porém, resistências pelas práticas multilíngues cotidianas.

No contexto de emergência do nacionalismo e dos estados nacionais pós-independência que envolveu os atuais membros da CPLP — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste —, a língua portuguesa desempenhou papel central na construção seja de um imaginário interno de unidade nacional, seja de um símbolo de prestígio aos olhos de comunidades internacionais. Segundo Hobsbawm (2013), o nacionalismo linguístico não se ocupa necessariamente da comunicação, mas sim dos valores que ajudam a legitimar status, força política e manutenção de uma cultura e um modo de representação considerado dominante. Além disso, no que diz respeito a uma aproximação entre nacionalismo e monolinguismo, Blackledge (2000) explica que quando uma língua está simbolicamente vinculada à identidade, o Estado-nação burocrático, diante de uma população multilíngue, demonstra “tendências ao monolinguismo”. A língua suplanta, dessa forma, outros símbolos nacionais, como um hino nacional ou uma bandeira nacional, protagonizando ações materiais e simbólicas que constituem um processo maior de imaginar a nação (ANDERSON, 2008[1983]). Embora saibamos que cada membro da CPLP teve um percurso próprio de constituição de sua independência e do seu nacionalismo, não podemos negar que esse percurso de diferentes países compartilhou práticas semelhantes no que diz respeito ao reconhecimento da língua portuguesa como uma língua de prestígio e de valor nacional, a exemplo das políticas de oficialização e das políticas linguísticas educacionais.

A partir desse pano de fundo político e histórico sobre o papel desempenhado pela língua portuguesa no cenário colonial e pós-independência, a seguir abordamos a ideia de lusofonia, atrelada a uma celebração contemporânea de expansão da língua portuguesa no mundo. Atentamos para a ressonância de significados e memórias coloniais mencionados nesta seção.

Da Lusofonia Contemporânea

A lusofonia é um termo polissêmico, que remete para interpretações muitas vezes divergentes. Tal polissemia é fruto de uma história complexa, em que experiências coloniais díspares e singulares foram postas em relação por meio da língua portuguesa como elo de aproximação e distanciamento entre contextos geopolíticos específicos. Para o pesquisador angolano Mpanzu (2016, s.p.), “o termo Lusofonia ainda constitui uma esfera de divergência, pois o seu conteúdo semântico ainda não alcançou a unanimidade de todos aqueles que deveriam nela se sentir representados.” Ao dizer isso, o autor questiona a ideia de uma suposta identidade linguística, especialmente porque em muitos países “lusófonos” da África há milhões de locutores africanos “[...] que não falam, não leem e muito menos escrevem na língua de Camões” (MPANZU, 2016, s.p.). Uma certa resistência também é expressa pelo escritor moçambicano Mia Couto (2014, s.p.): “É verdade que Moçambique tem de ter uma certa reserva em relação a aderir à lusofonia, até porque grande parte dos moçambicanos não são lusófonos, no sentido de que a língua portuguesa não é sua língua materna.” Essa mesma realidade linguística é vivenciada em Goa, em Macau e em Timor-Leste, o que leva alguns autores a questionar quem ganha com o discurso da “lusofonia” — tal como já o fazem Timbane (2016), Kukanda (2000), Severo e Makoni (2015) e Silveira (2018).

Para o filósofo português Eduardo Lourenço (2009, p.179), “[...] o inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência nele de leituras, de intenções inconfessadas ou inconfessáveis [...]”. Trata-se de um signo político que inscreve não apenas relações de poder coloniais e colonizadoras, mas memórias que foram apagadas e silenciadas, seja por uma invisibilização sistemática e contínua das línguas locais, seja pela instauração de uma política que identificou essas línguas com o termo genérico e vago de “línguas nacionais”. Nesses dois casos, inscrevem-se na língua portuguesa significados de prestígio que favorecem o acesso econômico e político de uns em detrimento de outros. A lusofonia, segundo o próprio Lourenço (2009), começou a ganhar corpo após a

independência brasileira, obrigando Portugal a reforçar ações (neo-) imperiais junto às demais colônias, em busca da sustentação da ideia de um Portugal forte e soberano. Integraram essa imaginação grandiosa as ideias de Gilberto Freyre (1946) a respeito do luso tropicalismo, utilizada pela ditadura salazarista em prol da construção de um imaginário de colonização portuguesa pacífica e solidária.

A ideia de uma lusofonia contemporânea também deve ser vista em relação à questão econômica, fortemente abraçada pela CPLP, a exemplo da associação dos estados-membros da Comunidade em torno da exploração de hidrocarbonetos. Angola, Brasil, Guiné-Equatorial, Moçambique e Timor-Leste possuem considerável produção de hidrocarbonetos, formando um dos maiores grupos no setor, o que motivou a criação do Grupo Técnico de Estudo para a Exploração e Produção de Hidrocarbonetos na CPLP, proposto pela empresa estatal timorense do setor, a *Timor Gap*, na Cimeira de 2014. Após estudos e negociações internacionais, o Grupo foi aprovado em 2016⁶, com vistas à exploração e produção conjunta de hidrocarbonetos no espaço da “organização lusófona”. Segundo Mendonça (2018, s.p.), “[...] dos 10 Países com maiores descobertas de Hidrocarbonetos (Mboe) no globo (...) 3 integram a CPLP” — Brasil, Moçambique e Angola — o que representaria um forte poder econômico no cenário mundial.

No embalo das iniciativas econômicas, realizou-se em maio de 2018, em Maputo, a 1.^a Conferência Econômica da CPLP, com o tema “Novo Mercado Econômico da CPLP”. O objetivo desse evento, conforme Tiago Mendonça (2018, s.p.), presidente da organização do evento, foi “[...] facilitar e fortalecer as relações empresariais entre associações e entidades empresariais dos países filiados [...] criar uma rota de investimentos e negócios dentro dos países-membros, estimulando a cooperação e parceria entre instituições lusófonas”. Na ocasião, Mendonça justificou a relevância do encontro com dados estatísticos sobre a CPLP relativos à ocupação geográfica dos países lusófonos — sempre em comparação com os Estados Unidos e a União Europeia —, tais como: número de habitantes e densidade demográfica, Produto Interno Bruto (PIB), reservas de água doce, extensão e plataformas marítimas. Curiosamente,

⁶ Cf. Plataforma Macau, 2016.

em nenhum momento a questão da língua portuguesa foi pautada nas ações apresentadas no evento ou ainda nas propostas discutidas por representantes de governo dos estados-membros.

A ideia de uma comunidade política interligada pelo uso língua portuguesa também pode ser relativizada pela inserção de Guiné-Equatorial na CPLP, um país em que poucas pessoas efetivamente falam a língua portuguesa, conforme depoimentos de cidadãos equato-guineenses a respeito da presença do idioma no país, tal como expresso na fala do opositor político Salvador Bilan, quando diz: “Nunca ouvi falar português. A língua portuguesa aqui? É um mito, uma invenção dele [Teodoro Obiang] para que vocês acreditem”⁷. A respeito dessa adesão, a Declaração de Díli, de 23 de julho de 2014, expõe textualmente, em seu item 6, a aprovação condicional da inclusão do novo estado-membro. Contudo, essa aceitação parece ter sido relativamente contestada em face dos problemas envolvendo direitos humanos em Guiné-Equatorial: segundo reportagem da agência Lusa, de 20 de novembro de 2018, haveria uma cobrança internacional de agentes institucionais, como o diretor para a África do Instituto Real de Relações Internacionais britânico, Chatham House, que declarou que a CPLP deveria se empenhar por acabar com a pena de morte na Guiné Equatorial, respeitando, assim, o comprometimento acordado em Díli⁸.

Os usos e interesses econômicos que têm marcado os encontros e debates da CPLP colocam em questão os propósitos lusófonos da CPLP, apontando para uma ação política da instituição que não está atrelada a questões meramente linguísticas, muito menos aos propósitos estatutários e solidários que supostamente originaram o agrupamento dos estados-membros. Trata-se de uma empreitada político-econômica, que tem ajudado a produzir uma “Lusofonia Empresarial”, em que a língua, assim como outros elementos, funciona como bem econômico, no interior de uma indústria das línguas. O *soft power* construído e operado em torno da língua portuguesa tem ofertado bolsas de estudo, financia-

⁷ Depoimentos disponíveis em < <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/portugues-na-guine-equatorial-e-uma-invencao>> SAPO, 24, de 01 de janeiro de 2018. Acesso em 31 de jan de 2019.

⁸ Reportagem disponível em < <https://anacao.cv/guine-equatorial-cplp-devia-acabar-pena-morte/>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

do viagens culturais a países lusófonos, custeado missões educacionais, fomentado pesquisas e eventos culturais, movimentado o mercado dos exames de proficiência e orientado políticas públicas. Tais iniciativas têm contribuído para a construção de um dado imaginário de língua portuguesa, compreendida, pela CPLP, como um “meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que a falam e de projeção internacional dos valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista” (CPLP, *Promoção e Difusão da Língua Portuguesa*)⁹. Embora a CPLP incentive eventos e discussões em torno da ideia de pluricentrismo da língua portuguesa, em atenção às diferentes normas nacionais e a diferentes centros de difusão da língua, compreendemos que os significados sociais e políticos inscritos no português europeu e brasileiro desempenham papel de relevo na configuração de uma representação normativa e simbólica sobre o que conta como português no mundo.

Um exemplo dessa centralidade luso-brasileira na política do português no mundo é o papel desempenhado por instituições políticas, educacionais e culturais desses países no que tange à sistematização, normatização e difusão da língua portuguesa. Em Portugal, a proficiência linguística é um pré-requisito para a aquisição de nacionalidade portuguesa, sendo aceitos exames realizados em universidades nacionais, no Instituto Camões e no CAPLE (Centro de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira). No contexto brasileiro, a proficiência em língua portuguesa brasileira é critério para a obtenção de nacionalidade e também tem sido usada como via de acesso às universidades; essa proficiência tem sido avaliada através do exame Celpe-Bras, aplicado sistematicamente no Brasil e no exterior desde 1998. Outro exemplo de tratamento assimétrico conferido aos falantes africanos de língua portuguesa — oriundos de países que integram a CPLP — é a cobrança de realização do Celpe-Bras dos candidatos aos programas PEC-G e PEC-PG¹⁰ oriundos dos países africanos da CPLP e de Timor-Leste, conforme a portaria n.º 334/2013 do INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁹ Disponível em < <https://www.cplp.org/id-4180.aspx> > Acesso em 30 de janeiro de 2019.

¹⁰ Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, respectivamente.

A título, ainda, de exemplificação de uma sociolinguística assimétrica envolvendo países membros da CPLP, mencionamos a estatística das línguas em Angola e Moçambique. Atualmente, conforme o Censo angolano de 2014, a língua quimbundo é falada por 8% da população angolana, juntamente com o kikongo; dentre as línguas angolanas mais faladas está o umbundu, totalizando 23% da população. Em Moçambique, o censo de 2007 mostra que 10% da população fala português e 85% domina língua banto. Evidentemente, tal situação linguística é fruto de diferentes percursos coloniais e pós-independência que, a despeito de um projeto lusófono colonizador, manteve suas singularidades locais. Acreditamos, contudo, que os censos não evidenciam a riqueza e complexidade linguístico-cultural dessas regiões, pois eles operam com categorias de língua fixas e estáticas, seguindo um modelo de inquérito muitas vezes tendencioso ou excludente das demais línguas locais (BERNARDO, 2018).

Diante do exposto, não é exagero a afirmação de Alfredo Margarido (2000) de que a lusofonia propõe uma pátria linguística supranacional, que atualiza a velha hierarquia imperialista, substituindo o projeto civilizatório do colonialismo por um outro projeto, igualmente hegemônico, supostamente centrado na língua. Ainda vivenciados, mesmo a pretexto de um discurso de diversidade e de pluricentrismo, a manutenção de posições de prestígio e de poder de instituições e iniciativas políticas, econômicas e culturais centrados em Portugal e no Brasil. A legitimação do português como uma língua angolana, moçambicana, timorense, cabo verdiana, entre outros, ainda passa por uma série de desafios e obstáculos, que variam desde a sistematização dessas línguas por pesquisadores locais, até a produção e legitimação de materiais didáticos, de literatura e de políticas educacionais e culturais que contemplem essas línguas. O processo de legitimação da “nativização” da língua portuguesa pelos países membros da CPLP coloca em questão tanto o lugar de referência simbólica ocupado por Portugal e pelo Brasil, como a relação da língua portuguesa com as demais línguas locais em diferentes instâncias institucionais.

Conclusões

Buscamos, neste pequeno texto, apresentar uma visão panorâmica do papel atribuído à língua portuguesa no contexto da colonização lusitana, com vistas a problematizar a ideia de uma lusofonia contemporânea. Compreendemos que as políticas linguísticas devem contribuir para uma revisão de categorias e significados linguísticos construídos historicamente, ajudando a repensar o que conta como língua, língua portuguesa e diversidade linguística no contexto contemporâneo. Tais significados históricos têm sido reforçados através de instituições internacionais, como a CPLP, e de discursos — políticos, econômicos e acadêmicos — expansionistas e celebratórios da língua portuguesa. Reconhecemos que o uso da língua portuguesa como uma língua de acesso socioeconômico a lugares de prestígio e de poder requer uma política linguística que opere em prol da justiça social, fazendo com que a diversidade linguística não seja vista como um problema ou obstáculo, mas como constitutiva e necessária para definir o que conta, inclusive, como política. Entendemos que o acesso de pessoas à esfera pública e aos órgãos e instituições do Estado — saúde, educação, segurança —, bem como à informação, não deve ser obstruído por questões linguísticas, mas favorecido por uma política multilíngue, que agregue, inclusive, a as vozes locais e a perspectiva local do que conta como língua.

Seção I

A comunidade de países de língua portuguesa

A língua portuguesa como variedade nacional em angola

Eduardo Ferreira dos Santos

Discorrer sobre o papel de determinada língua em um contexto multilinguístico como Angola pode nos levar a certos equívocos ou demasiada ‘paixão’ na defesa da língua em análise. No entanto, esse mesmo cenário de pluralidade linguística angolano nos desafia a questionar o papel e a importância das variadas línguas presentes nesse espaço geográfico. E em relação à língua portuguesa?

O português em Angola é uma língua introduzida a partir do contexto de colonização empreendido por Portugal no século XV e que se estendeu até meados do século XX, mas que teve sua generalização entre a população apenas no pós-independência quando se firmou como língua oficial (INVERNO, 2008: 117). Anterior a essa generalização da língua portuguesa com status de oficialidade, a situação sociolinguística de Angola apontava, a princípio, para a veiculação das mais diversas línguas autóctones, como o umbundo, o quimbundo e o quicongo, por exemplo, em um contingente de falantes muito maior que a língua portuguesa.



Sobre os organizadores e os autores

Alexandre Cohn Silveira

Professor Adjunto da Universidade da Integração da Lusofonia Afro Brasileira — UNILAB/Malês-BA, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Linguagem e Sociedade (GEPILIS/UNILAB/Malês) e do Grupo de Pesquisas em Políticas Linguísticas Críticas (UFSC). Possui graduação em Letras pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (1999), Mestrado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Foi docente da rede estadual de ensino em Santa Catarina, de escolas particulares de idiomas e da Universidade Regional de Blumenau (FURB), onde atuou em diversos cursos de graduação, tendo exercido as funções de Coordenador de Colegiado dos cursos de Secretariado Executivo Bilíngue e Letras (2006-2011), além de ter chefiado o FURB Idiomas na gestão 2007-2011. Membro dos grupos de pesquisa GEPILIS (Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Linguagem e



Sociedade) e do Grupo de Pesquisas em Políticas Linguísticas Críticas. Participou de programa de Cooperação Internacional da Universidade Presbiteriana Mackenzie atuando no ensino de Língua Portuguesa na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, em Timor-Leste (2012). Participou do Programa de Cooperação Internacional Brasileira atuando como Articulador da área de Língua Portuguesa e Articulador Geral do Programa de Qualificação Docente em Língua Portuguesa em Timor-Leste — PQLP/CAPES (2013/2014). Realizou Estágio de Doutorado Sanduíche junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com bolsa PDSE/CAPES. Tem interesse em estudos inter/trans/multidisciplinares relativos à área de Políticas Linguísticas em suas interfaces com os estudos do Discurso, da Educação e da Cultura.

Alexandre António Timbane

Pós-Doutor em Linguística Forense pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC(2014), Pós-Doutor em Estudos Ortográficos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP (2015), Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique (UEM). É Licenciado e Bacharel em Ensino de Francês como Língua Estrangeira (2005) pela Universidade Pedagógica, Moçambique (UP). Foi professor na Universidade de Ciências Policiais de Moçambique (ACIPOL) onde lecionou a disciplina de Introdução à Linguística Forense (Linguagem e Lei) na Pós-graduação e foi professor de Língua Francesa na graduação. Lecionou as disciplinas de Perturbações de Escrita e de Leitura e Metodologia de Investigação Científica no Instituto Superior de Ciências de Saúde de Moçambique (ISCISA), foi docente de Estudos do Léxico, Técnicas de Expressão e de Comunicação e Metodologia de Investigação Científica no Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini, Marracuene (ISGEGM). Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Sociolinguística e Dialetoлогия com enfoque na variação e mudança lexical do Português (Estudos do Léxico), Contato linguístico e Línguas Banto moçambicanas. Desenvolve estudos sobre a problemática do ensino

da ortografia, Perturbações da Escrita e da Leitura e o Português de Moçambique. É membro do Grupo de Estudos de Linguística Forense da Universidade Federal de Santa Catarina, membro da The International Association of Forensic Linguists (IAFL), membro do Núcleo de Estudos da Sociolinguística da UNESP, membro do Grupo de Estudos da Fonética Acústica da UNESP, membro do Grupo de Trabalho do NUPE, FCL, Araraquara, CLADIN, LEAD. Atualmente, é Professor e Pesquisador Visitante Estrangeiro na Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão, Brasil onde trabalha na Linha 3: Língua, Linguagem e Cultura, lecionando as disciplinas de Fundamentos de Estudos da Linguagem, Seminários de Pesquisa em Língua, Linguagem e Cultura, Língua(gem) e Memória Social, Estudos de Língua e Cultura e Metodologia de Pesquisa em Estudos da Linguagem. Orienta alunos da Pós-Graduação, apoia a Revista *Linguagem: Estudos e Pesquisas* e é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem (UFG). Membro do Comité Editorial Científico da Editora Pimental Cultural. Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global (UNILAB). Membro do Projeto Dicionário de nomes em uso no Brasil (UnB).

Carlos Alberto Faraco

Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1978) e doutorado em Linguística — University of Salford (1982). Fez pós-doutorado em Linguística na University of California (1995-96). É Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Bakhtin, discurso, dialogismo, ensino de português e linguística, história do pensamento linguístico. Está vinculado ao Grupo de Pesquisa HGEL-Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (UFPB/CNPq).

Charlott Eloize Leviski

Cursando doutorado no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC, linha de pesquisa em Políticas Linguísticas. Possui mestrado em Letras, linha de pesquisa em estudos literários, Programa de Pós-graduação em Letras da UFPR (2010). Possui interesse pela área de políticas linguísticas, estudos pós-coloniais, literatura, ensino de língua portuguesa como estrangeira. É integrante do projeto de extensão "Estrangeirando a língua portuguesa: rompendo fronteiras e construindo diálogos", coordenado por Cristine Gorski Severo (UFSC). É membro do grupo de pesquisa "Políticas Linguísticas Críticas", liderado por Cristine Gorski Severo (UFSC), certificado pelo CNPq (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelho-grupo/7680902022280127>).

Cristine Gröski Severo

Tem graduação em Letras-Inglês/Literatura (UFSC) e em Psicologia (UFSC), mestrado em Teoria e Análise Lingüística (UFSC, 2003), doutorado em Teoria e Análise Linguística (UFSC, 2007) e em Ciências Humanas (UFSC, 2018) e pós-doutorado em Políticas Linguísticas (Universidade da Pennsylvania). Tem pesquisado os temas: dimensões política e ética das políticas linguísticas em contextos coloniais e pós-coloniais de uso da língua portuguesa; linguística colonial; políticas linguísticas críticas e sócio-história das línguas. Atualmente é professora associada II da Universidade Federal de Santa Catarina e é vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Integra o GT da ANPOLL de Sociolinguística. Participa, como pesquisadora, do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas/NUER-UFSC e do Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil/Varsul-UFSC. Lidera o grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas (CNPq). Em 2017 ministrou a conferência “Uma visão panorâmica das políticas linguísticas no Brasil: construindo diálogos” no ciclo de conferências “Para uma política do idioma” realizado na Academia Brasileira de Letras (<https://www.youtube.com/watch?v=FcRnB3f6ocI>)

Eduardo Ferreira dos Santos

Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) — Campus dos Malês em São Francisco do Conde — BA. Possui doutorado (2015) e mestrado (2010) em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) desenvolvendo trabalhos sobre aspectos sintáticos do português falado em Angola. É pesquisador e coordenador da base de dados de fala do ?Projeto Libolo? (USP/Universidade de Macau). Atua na área de teoria e análise linguística com interesse na interface sintaxe/discurso, ensino de gramática, linguística africana, português na África, línguas crioulas e contato linguístico.

Elvira Reis

Doutora em Educação e Desenvolvimento Humano, subárea Educação Linguística, pela Universidade de Santiago de Compostela Galiza/Espanha, com o tema O crioulo como Língua Materna em Cabo Verde e as suas implicações no Currículo escolar desenvolvido em Português; Mestre em Didática de Línguas, especialidade em ensino do Português Língua não Materna, pela Universidade de Aveiro/Portugal, com o tema As transferências Linguístico-Comunicativas: atitudes e representações dos Professores; Mestre em Educação e Desenvolvimento Humano, pela Universidade de Santiago de Compostela Galiza/Espanha com o tema O Bilinguismo como factor de desenvolvimento Humano: aproximação às metáforas enquanto expressão do imaginário crioulo. É professora do Ensino Superior desde 2003. Foi coordenadora do Curso de Tradução e Interculturalidade na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e, atualmente, na Uni-CV, é vice-diretora e docente no Curso de Mestrado em Ensino do Português, Língua Segunda e Língua Estrangeira, e coordena o grupo disciplinar do Curso de Línguas Literatura e Culturas — Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses. É membro fundador da Academia das Ciências e Humanidades de Cabo Verde. É, igualmente, membro fundador da Cátedra Eugénio Tavares de Língua Portuguesa. É estagiária de pós-doutoramento na Universidade de Aveiro, onde desenvolve o projeto Por uma Educação Bilingue em Cabo Verde: Formação de Professores e Produção de Material Didático. `

Ermelinda Mapasse

Doutora em Letras/Estudos Linguísticos
pela Universidade Federal do Paraná.

Francisco Javier Calvo del Olmo

Doutor em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina, atua como Professor Adjunto no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), orienta pesquisas de mestrado e doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFPR, na área dos Estudos Linguísticos, onde também coordena o mestrado bilateral com a Universidade Grenoble-Alpes (França). Possui licenciatura em Filologia Românica pela Universidade Complutense de Madri na Espanha (diploma revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro como Bacharel em Letras com Habilitação em Espanhol) e mestrado em Investigación en Lengua Española; pela mesma Universidade (revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro como mestre em Letras Neolatinas). Realizou estadias na Universidade de Bucareste, Romênia (2016), na Scuola Normale e Superiore di Pisa, Itália (2010) e na Université Paul-Valéry Montpellier III, França (2008). É autor de artigos em periódicos e capítulos de livros publicados no Brasil, na Argentina, na Espanha, na Colômbia, no México e na Polônia abordando sempre as relações linguísticas, literárias e culturais entre as línguas neolatinas. Em 2016 publicou o seu primeiro romance: Crónica Córnic, finalista do Premio de Novela Xerais.

Gabriel Antunes de Araújo

É Professor Associado (Livre-docente) em regime de dedicação exclusiva na área de Filologia e Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo desde 2011, tendo

sido admitido na USP em 2005. Possui Graduação (1997) e Mestrado (2000) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Doutorou-se em Linguística pela Vrije Universiteit Amsterdam (2004), Países Baixos. Tem experiência na área de Letras e Linguística, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: português no Brasil e na África, fonologia e morfologia do português, sociolinguística, línguas africanas (línguas crioulas de base portuguesa e makhuwa), ensino de português como língua estrangeira e línguas indígenas brasileiras.

João Veloso

É professor e linguista português. Doutorou-se em linguística em 2004 pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde é atualmente professor e desenvolve investigação principalmente nas áreas de fonologia, morfologia e fonética.

Joice Eloi Guimarães

Possui Graduação em Letras (2010) e Mestrado em Educação (2013), na linha de pesquisa Ensino e Formação de Educadores, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atuou em missão brasileira de cooperação internacional, entre os anos de 2014-2016, como professora de Língua Portuguesa e Formadora de Educadores no Programa de Qualificação de Docentes em Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP/CAPES). Atualmente é professora de Língua Portuguesa no Departamento de Estudos Brasileiros da Hankuk University of Foreign Studies (HUFS), na Coreia do Sul, e doutoranda em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Seus interesses de pesquisa estão voltados para o ensino de Língua Portuguesa com ênfase nas questões relacionadas à prática de produção textual e à formação docente nesse contexto.

Leandro Rodrigues Alvez Diniz

Bacharel, mestre e doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Leandro Rodrigues Alves Diniz é professor adjunto na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atua, particularmente, na área de Português como Língua Adicional (PLA). Nessa universidade, é membro do corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), no qual orienta trabalhos sobre ensino-aprendizagem de português como língua materna, e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin), no qual orienta dissertações de mestrado e teses de doutorado na área de PLA. Na UFMG, coordena o Curso de PLA para Candidatos ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), as disciplinas regulares e os cursos pré-semestrais de PLA, a elaboração de cursos online de PLA do Centro de Extensão da Faculdade de Letras (CENEX) e o posto aplicador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Além disso, é membro do projeto “Distância e Proximidade entre português, francês e outras línguas: potencial da reflexão comparativa (DIPROlinguas)”, coordenado pelo Prof. Dr. Christian Degache (projeto CAPES COFECUB, desenvolvido em cooperação entre a UFMG, UFOP, Université Lumière Lyon 2, Unicamp, USP, UFU, UFPR, UFRN e Université Grenoble Alpes). É coordenador do programa Idiomas sem Fronteiras — Português na universidade, membro do comitê encarregado de elaborar a nova política para refugiados e migrantes da UFMG e do comitê de política linguística da UFMG (representando a área de PLA). Desde 2012, é membro da comissão técnico-científica do Celpe-Bras. Foi pesquisador visitante na Ohio State University, com o apoio da Fulbright, vice-presidente do Programa Idiomas sem Fronteiras — Português, vice-presidente da Associação Mineira de Professores de Português Língua Estrangeira — AMPLIE. Participou do planejamento e estruturação do eixo de Português como Língua Estrangeira do projeto Mais Médicos para o Brasil (Ministério da Saúde / Ministério da Educação), tendo escrito e organizado livros didáticos (em conjunto com colegas), preparado avaliações, formado equipes e coordenado e ministrado diferentes cursos no Brasil e no

exterior. Tem ministrado palestras e cursos de curta duração em diferentes universidades, na área de PLA. É autor de livros didáticos de PLA, parecerista de diferentes periódicos e membro do Conselho Consultivo da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira (SIPLE). Principais áreas de pesquisa: políticas Linguísticas; materiais didáticos de PLA; ensino de PLA para grupos minoritarizados.

Liliana Gonçalves

Doutora em Didáctica das Línguas.

Marcos de Araújo Bagno

Tem graduação em Letras (Bacharelado em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal de Pernambuco (1991), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2000). É professor Associado do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB). É colaborador do Programa de Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Tradução, Sociolinguística e ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: prática de tradução francês/português, ensino de português, sociologia da linguagem, política linguística, gramática tradicional e português brasileiro.

Rachide Djau

Graduado em Letras — Licenciatura dupla: Português e Inglês
e Mestrando em Letras — Estudos Linguísticos — UFPR
— Universidade Federal do Paraná.

Renata Tironi de Camargo

Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – campus de Jacarezinho (2009) e graduação em Sistemas de Informação, também pela UENP – campus Luiz Meneghel (2009). Possui mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com estágio na Universidade de Oslo (bolsista FAPESP). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística, na linha de pesquisa ensino e aprendizagem de línguas, na UFSCar (bolsista CAPES). Tem experiência na área de ensino de português como língua estrangeira (PLE) e na aplicação do exame Celpe-Bras. Atuou como professora de Língua Portuguesa em Cuba, por meio do Programa Mais Médicos, e em Timor-Leste, através do Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP/CAPES).

Roberval Teixeira e Silva

Roberval TEIXEIRA E SILVA é Professor Auxiliar e Pesquisador do Centro de Estudos Luso-Asiáticos do Departamento de Português da Universidade de Macau. Tem Doutorado em Língua e Linguística e Mestrado em Sociolinguística Interacional, ambos pelo Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É o atual Presidente da Associação Internacional de Linguística do Português (AILP), na gestão 2011-2013. Coordenou o Exame do CELPE-Bras no Posto Universidade de Macau de sua fundação até 2011. Coordenou o Mestrado em Linguística do Departamento de Português da Universidade de Macau em 2011. Planejou e Coordenou o ?Projecto de Avaliação Específica do Ensino de Português Como Língua Não-Materna nas Escolas Luso-Chinesas de Macau? entre 2006 e 2011. Seus interesses de pesquisa assentam-se na abordagem sociointeracional do discurso, através da qual desenvolve estudos em construção discursiva de identidades (de gênero, étnicas) e em interações interculturais em contexto espontâneo e institucional. Tem se dedicado ultimamente a estudos identitários, a projetos que

envolvem a difusão do Português no mundo e a investigações relativas ao processo de ensino-aprendizagem e à descrição do português como língua não-materna, especialmente voltadas para a formação de professores de crianças e jovens.

Sweder Souza

é Mestrando em Letras/Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Paraná — PPGL/UFPR. Participa do Projeto: Interfaces da Intercompreensão em Línguas Românicas e a promoção do Plurilinguismo (UFPR) e dos Grupos de Pesquisa: FLORES: Intercompreensão, Didática do Plurilinguismo e Políticas de Línguas (FLORES/UFPR/CNPq) e Educação a Distância (CNPq/UNINTER). Tem experiência nas áreas de Linguística, Linguística Aplicada e Educação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: língua(gem), texto e discurso; Intercompreensão; Didática das Línguas; ensino-aprendizagem; Educação e Tecnologias; Português Língua Estrangeira/Adicional; Política e Análise Linguística.

Xoán Lagares

Possui graduação em Filologia Hispânica Galego Português pela Universidade da Coruña (1994), mestrado em Filologia Hispânica Galego Português pela Universidade da Coruña (1996) e doutorado em Linguística, Literatura no Âmbito Galego Português pela Universidade da Coruña (2000). Atualmente é professor associado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica e Linguística Aplicada atuando principalmente nos seguintes temas: galego-português, história social e cultural da língua e política linguística.

Referências

ABDULA, R. A. M.; TIMBANE, A. A.; QUEBI, D. O. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. IV Série, n. 31, 2017, p. 23-46.

ABEME, P. M. *El Ministro de Assuntos Exteriores de Brasil em Guinea Ecuatorial*. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/es/component/content/article?id=7437:republica-de-guinea-ecuatorial>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

AFONSO, H. 2009. Interferências linguísticas: Um contributo para o ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. (AGU-PT) *Annaes Marítimos e Coloniaes. Memória Descritiva e Estatística das Possessões Portuguezas na Ásia*. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU, SEMU/DGU/RM/Timor cx. 1 e 2 (1700-1800/1800-1900).

AGOSTINHO, A.; BANDEIRA, M.; ARAUJO, G. 2016. O Lung'Ie na educação escolar de São Tomé, São Tomé e Príncipe. *Trabalhos em Linguística Aplicada* 55(3): 591-618. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/010318135164183401>

AGOSTINHO, A. 2014. Fonologia e método pedagógico do lung'Ie. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

AGOSTINHO, A. 2016. *Fonologia do lung'Ie*. München: Lincom.

ÁGUA-MEL, C. 2012. Um Macau “imaginado” em língua portuguesa. *Fragmentum* 35, parte II, p. 11-27.

AGUIAR, A. R. 2010. *A educação intercultural no entendimento da diversidade na sala de aula de língua estrangeira*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. As línguas de Timor Leste: perspectivas e prospectivas. **Revista Língua e Literatura (USP)**, v. 27, p. 313-335, 2010.

ALEGRE, T. (1999b). A tradução na aula de língua estrangeira. In ANDRADE, A. I e SÁ, C.M. (org). *A Intercompreensão em Contextos de Formação de Professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 129-154.

ALEGRE, T. (2000). *Tradução Pedagógica e Consciência Linguística: A Tradução como Estratégia de Consciencialização da Estrutura da Língua Alemã em Aprendentes Portugueses*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Tese de Doutorado).

ALLAL, I. & SAADA-ROBERT, M. (1992). La métacognition: cadre conceptuel pour l'étude des régulations en situation scolaire. In *Archives de Psychologie*, vol. 60, n.º 235, 265-296.

ALLWRIGHT, R. L. (1984). The importance of interaction in classroom language learning. *Applied Linguistics*, Vol. 5, N.º 2, 156-171.

ALMEIDA, M. “Não é aceitável” que ainda haja pena de morte na Guiné Equatorial. 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/02/28/politica/noticia/nao-e-aceitavel-que-ainda-haja-pena-de-na-guine-equatorial-1804774>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ALMEIDA, Nuno Carlos. Para a (Re)introdução da Língua Portuguesa em Timor-Leste. **III SIMELP: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo** (Simpósio 37 — A Língua Portuguesa em Timor-Leste, pp. 29-42). Macau: Universidade de Macau, 2012.

ANDRADE, A. I. & ARAUJO e SA, M. H, (1997). *Processos de Interação Verbal em Aula de Francês Língua Estrangeira: Observação e Formação de Professores*. Relatório final do Contrato de Investigação n.º PI/48/93 entre o Instituto de Inovação Educacional e a Universidade de Aveiro.

ALTENHOFEN, Cléo. V. **Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil**. In: NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.) *Política e Políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013; AUGEL, P. Moema.

ÁLVAREZ CÁCCAMO, Celso e HERRERO VALEIRO, Mário. “O *continuum* da escrita na Galiza: Entre o espanhol e o português”. *AGAL. Revista Internacional da Associação Galega da Língua*, 46, 1996.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].

ARAÚJO, G.; AGOSTINHO, A. 2010. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. *Língua e Instrumentos Linguísticos* 26: 49-81.

ARAUJO, G.; BANDEIRA, M. (em preparação). *Dicionário Angolar/Português*.

ARAUJO, G.; CHRISTOFOLETTI, A. 2018. Vogais e Ditongos no Português Vernacular de São Tomé e Príncipe. In Oliveira, Márcia; Araujo, Gabriel Antunes de (orgs). *O Português na África Atlântica*, 261-296. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

ARAÚJO, G.; HAGEMELJER, T. 2013. *Dicionário Livre Santome-Português*. São Paulo: Hedra Educação.

ARAUJO, G.; SILVEIRA, A.; AGOSTINHO, A.; BANDEIRA, M.; FREITAS, S. 2013. Fa d'ambô: Língua crioula de Ano Bom. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 55(2): 25-44. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v55i2.8637289>

ARENDRT, H. *A Condição Humana*. Trad. de Roberto Raposo. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASSOCIATION FRANCE-GUINEE EQUATORIALE. Le parlement adopte le portugais comme 3e langue officielle du pays. 2011. Disponível em: <<http://www.france-guineeequatoriale.org/News/494.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

AUROUX, Sylvain (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eno Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

BAGNO, M. **Do Galego ao Brasileiro, passando pelo Português: crioulização e ideologias linguísticas**. In: MOITA Lopes, Luiz Paulo da (Org.). *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo Parábola, 2013.

BAGNO, M. Nada na língua é por acaso: ciência e senso comum na educação em língua materna. **Revista Presença Pedagógica**, UNB, Set., 2006.

BAGNO, Marcos (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

BAHUCHET, S. Languages of African rainforest “pygmy” hunter-gatherers: language shifts without cultural admixture. *Historical linguistics and hunter-gatherers populations in global perspective* — (Max-Planck Inst., Leipzig), Aug 2006, Leipzig, Germany.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14.^a Ed, Editora Hucitec, São Paulo, 2010.

BANDEIRA, M.; ARAUJO, G.; FINBOW, T. 2019. The Gulf of Guinea Proto-Creole and its Daughter Languages: from Liquid Consonants to Complex Onsets and Vowel Lengthening. Manuscrito, inédito.

BANDEIRA, M. 2016. Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

BARBOSA, Alessandro Tomaz; CASSIANI, Suzani. Itinerários formativos no Ensino Secundário de Timor-Leste: implicações para o ensino de Biologia. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências — XI ENPEC**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BARRETO, A. 2012. A reforma do ensino secundário em São Tomé e Príncipe. Apresentação do projeto Escola+. In Roque, Ana Cristina; Seibert, Gerhard; Marques, Vítor Rosado (orgs.). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 505-517. Lisboa: ISCTE-IUL.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. A língua Portuguesa em Timor: De que forma deve o ensino de Português adaptar-se às diferentes realidades nacionais? **Estudos Linguísticos**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dez. de 2009, p. 1-9.

BAXTER, A. 2002. Semicreolization? The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. *Journal of Portuguese Linguistics* 1: 7-39. DOI: <http://doi.org/10.5334/jpl.47>

BAXTER, A. 2018. O português dos Tongas de São Tomé. In: Oliveira, Márcia Santos Duarte; Araujo, Gabriel Antunes de (orgs). *O Português na África Atlântica*, 297-321. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

BENDER, G.J. *Angola sob o domínio português — mito e realidade*. Luanda, Col. Ensaio — 21, 2004.

BERENBLUM, A. *A invenção da palavra oficial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José. *Política Linguística para o ensino bilíngue em Angola*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

BIZARRO, R.; BRAGA, F. 2004. *Educação intercultural, competência plurilíngue e competência pluricultural: Novos desafios para a formação de professores de línguas estrangeiras*. Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 57-70. Acedido a 15 de julho de 2013, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4373.pdf>.

BLACKLEDGE, A. *Monolingual ideologies in multilingual states: Language, hegemony and social justice in Western liberal democracies*. In: Estudios de Sociolingüística 1(2), 2000, pp. 25-45.

BLOMMAERT, J. COLLINS, J. SLEMBROUCK, S. **Space of multilingualism**. Ghent University, Rozier 44, Ghent B-9000, Belgium, 2005.

BLOMMAERT, J. COLLINS, J. SLEMBROUCK, S. VERSCHUEREN, J. **The Role of language in European nationalist Ideologies**. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA) 2.3 (1992).

BOHN, Hilário I. **Posicionamento**. In: NICOLAIDES, C, et al. (Orgs.) *Política e Políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

BORTONI-RICARDO, S. Educação bidialectal — O que é? É possível? **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n. 7, 1992. p. 54-65.

Bouchard, Marie-Eva. 2017. *Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé*. PhD Thesis, new York University.

BOURDIEU, Pierre (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Tradução Sergio Miceli et alii. São Paulo: Edusp.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BR n.º 254, I série (2018). Lei 18/2018 de 28 de Dezembro: **Sistema Nacional de Educação**. Maputo: Imprensa Nacional.

BRAGA, G. 2017. *Prosódia do português de São Tomé: o contorno entoacional das sentenças declarativas neutras*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, S.; VIEIRA, S. 2012a. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa: Revista de Linguística* 56(3): 1035-1064. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1981-57942012000300013>

BRANDÃO, S. 2011a. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas* 15(1): 164-178.

BRANDÃO, S. 2011b. Concordância nominal na variedade urbana do português falado em São Tomé. *Ciências Humanas e Sociais em Revista* 33(1): 31-42.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Mensagem n. 00236/2014*, 15 de maio de 2014a. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2603605&disposition=inline>. Acesso em: 1 fev. 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *República da Guiné Equatorial*. Cronologia das relações bilaterais. 2014b. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5218&Itemid=478&cod_pais=GNQ&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRISSOS, F. 2018. Proposta de reformulação da caracterização dialetal do noroeste português. *Estudos de Linguística Galega Volume Especial I*: 193-208.

BRITO, Regina Helena Pires de; CORTE-REAL, Benjamim. A. Aspectos da política linguística de Timor-Leste, Desvendando Contra-Correntes. In: MOISES, M.L.; SOUSA, H; CABECINHAS, R. (Orgs.). **Comunicação e Lusofonia**. Porto: Campo das Letras, 2007, p. 123-132.

BRITO, Regina Helena Pires de. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 48, p. 175-194, jul/dez, 2010.

BRUTHIAUX, P. 2003. Contexts as trend for English as global language. In: Humphrey Tonkin, Timothy G. Reagan (eds) *Language in the Twenty-first Century*. John Benjamins Publishing: Amsterdam.

CABRAL, A. **A questão da língua**. Pápis 1. 1976. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewfile/188/300>. Acesso em: 10/07/2017.

CADBURY, W.; BURTT, J.; HORTON, W. 1910. *Labour in Portuguese West Africa*. G. Routledge and sons: New York.

CALDEIRA, A. M. Medo e religião popular na ilha de Ano Bom. Uma aproximação histórica (séculos XVI-XIX). Comunicação. *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime*: poderes e sociedades. 2006b.

CALDEIRA, A. M. Uma ilha quase desconhecida: notas para a história de Ano Bom. *Studia Africana. Revista Interuniversitária d'Estudis Africans*, Barcelona, n. 17. out, 2006a.

CAMÕES I. P. *Procedimentos Concursais em 2018 relativos à Guiné Equatorial*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/>. Acesso em: 29 mar.2019.

CARDOSO, Maria Lourdes. **Reforma Curricular em Timor-Leste. Estudo exploratório sobre a disciplina de Ciências Físico-Naturais no Ensino Básico.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação. Universidade do Minho. Braga, 2002.

CARREIRA, A. 2000. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto de Promoção Cultural.

CARVALHO, M. **Formação de Professores em Timor-Leste: contributos para a construção de um modelo de formação inicial e contínua.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Minho. Braga, 2007.

CARVALHO, J. (2004). *A Consciencialização do Processo de Transferência: um Contributo para a aprendizagem do Alemão Língua Estrangeira em Contexto Escolar Português*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

CASTILHO, A. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. (2014). São Paulo: Contexto.

CHABAL, P. **Lusophone Africa in Historical and Comparative Perspective.** In: CHABAL, Patrick; BIRMINGHAM, David. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana University Press, 2002.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference.** Princeton University Press, 2000 ISBN 0691049092, 9780691049090

CHIMBUTANE, Feliciano. Can sociocultural gains sustain bilingual educational programs in postcolonial contexts? The case of Mozambique. In: SHOBA, J. A.; CHIMBUTANE, F. (orgs.). *Bilingual education and language policy in the global south*. New York: Routledge, 2013. p. 124–145.

COIMBRA, I.; COIMBRA, O. 2016. *Novo Português sem Fronteiras 1*, Lisboa/Porto: Editora Lidel, 2 edição. *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa (colp)*, anos de 1887, 1888, 1908.

CONSELHO DA EUROPA. 2001. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação* (QECL). Portugal: Edições ASA.

CONSELHO DA EUROPA. **Quadro Europeu Comum de Referências para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação.** Porto: ASA, 2001.

COSTA, Luís. A língua. Fator de identidade nacional leste-timorense. In: Bastos, Neusa Barbosa. **Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários.** São Paulo: EDUC, 2012, p. 213-222.

COSTE, D. (2001a). Diversité des représentations, complémentarité des fonctions : les langues dans une construction du plurilinguisme. *Intercompreensão: Revista de Didáctica das Línguas*, N.º 9, 9-22.

COUTO, H. Honório e EMBALÓ, Filomena. **Hipótese da Relexificação na Gênese dos Crioulos e Pidgins.** Revista Abralín, 2007. <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v1i1.52709>.

COUTO, H. Honório e EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, N° 20, 2010 (Brasília).

COUTO, Mía. A lusofonia é uma ideia de políticos num projeto que não é de todos nós. Plataforma Macau, 2014. Disponível em: <http://www.plataformamacau.com/lusofonia/a-lusofonia-e-uma-ideia-de-politicos-num-projeto-que-nao-e-de-todos-nos>. Acesso em: 10 set 2018.

CPLP. Declaração constitutiva da CPLP, 1986. Disponível em: www.cplp.org. Acesso em 08 Dez 2018.

CPLP. Malabo recebe “Semana CPLP”. 01 outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=4595&M=NewsV2&PID=10872>>. acesso em: 07 fev. 2019.

CPLP. Resolução sobre a Confederação Empresarial da CPLP de 22 de julho de 2014. Díli, 2014. Disponível em: www.cplp.org. Acesso em 08 Dez 2018.

CUNHA, D. **Linguagem e cultura escrita em situação de trabalho**. In: MARINHO, M; CARVALHO, G. T. (Orgs). *Cultura escrita e Letramento*. Bello Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CUNHA, João Solano C. da Cunha. *A Questão do Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG/IRBr, 2001.

DARRIGOL, A. État des langues en Guinée équatoriale. *Revue Contextes et Didactiques*, n°8, p.85-94, Dez 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS LINGUÍSTICOS. Barcelona de 6 a 9 de Junho de 1996.

Dias, A. P. 2013. Línguas oficiais, línguas faladas e as (inexistentes) políticas linguísticas. *Ponto Final*. Macau.

DIAS, H. N. **As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar em direção a uma prática linguística escolar libertadora**. Maputo: Promédia, 2002.

DIAS, J. As primeiras penetrações portuguesas em África. In: ALBUQUERQUE, L. (org). *Portugal no mundo*. Vol. I, 281-299. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

DINIZ, Leandro R. A. Entre discursos mercadológicos e nacionalistas: apontamentos para o ensino-aprendizagem de português para falantes de outras línguas. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, Vale do Sapucaí, v.10, p.5-8., jan./-jun. 2015.

DINIZ, M. J. **O ensino da língua portuguesa em Moçambique**. Maputo, INDE (não publicado), 1995.

DISNEY, A. Portuguese expansion, 1400-1800: encounters, negotiations, and interactions. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Org.). *Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 283-313.

DOI : 10.4000/aa.1411

DONEUX, J. L. *Histoire de La linguistique africaine : des précurseurs aux années 70*. Paris: PUP, 2003.

DURAND, Frédéric. **Timor-Leste, premier état du 3^{ème} millénaire**. Paris: Éditions Belin, 2011.

Eberhard, David M.; Simons, Gary F.; Fennig, Charles D. (eds.). 2019. *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-second edition. Dallas, Texas: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>.

DURIEU, C. (1991). Traduction pédagogique et pédagogie de la traduction. *Le Français dans le Monde*, N.º 243, 66-70.

ESTATUTO DO INDIGENATO. *Boletim Geral das Colónias*, XXV, 1929. Disponível em <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N288&p=62>> Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

EYZAGUIRE, P. 1986. Small farmers and Estates in São Tomé, West Africa. PhD. Dissertation. Yale University.

EYZAGUIRE, P. 1988. Competing systems of land tenure in an African plantation society. In: Downs, R.; Reyna, S. (eds.). *Land and society in contemporary África*, 340-361. Hannover: United Press of New England.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, C.A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica constitutiva**. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 2007.

FELGUEIRAS, João; MARTINS, José Alves. **Nossas memórias de vida em Timor**. Braga: Editorial AO, 2006.

FERNANDES, Francisco M. *Radiografia de Timor Lorosae*. Macau: University of Saint Joseph, 2011.

FERNÁNDEZ, Mauro (2000). Entre castellano y portugués. La identidad lingüística del gallego. In: Georg Bossong, Francisco Báez de Aguilar González (eds.). *Identities lingüísticas en la España Autónoma*. Actas de las Jornadas Hispánicas 1997 de la Sociedad Suiza de Estudios Hispánicos. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, p. 81-106.

FERNÃO, I. A.; MANJATE, N. J. Pré-universitário: Português 12.^a Classe. 1 ed. Maputo: Editora Pearson, 2013.

Ferraz, Luiz Ivens. 1979. *The Creole of S. Thomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

FIGUEIREDO, C. & OLIVEIRA, M. Português do Município do Libolo, Angola, e português étnico da comunidade de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *PAPIA* 23(2), 2013, p. 105-185.

FIGUEIREDO, C. *Linguística, história, antropologia e ensino no Kwanza Sul, Angola*. “Projeto Libolo” – Município do Libolo, Kwanza-Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários. Vol 1. Lisboa: Chiado, 2015.

FIRMINO, G. **A situação do português no contexto multilingue de Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane: Faculdade de Letras e Ciências Sociais (s/d). Disponível em: www.fflch.usp.br. Acesso em: Junho de 2012.

FONSECA, D.J. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

Fonseca, Isadora de Ataíde. 2014. A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974). *Comunicação Pública* [Online] 9(16). DOI : 10.4000/ep.842

Fraga, Carlos. 2018. *Macaenses em Macau – Renovando a Identidade*. Livremeio Produções.

Freire, Paulo. 2003; 1.^a ed. 1970. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

GALLISSON, R.; COSTE, D. (coord). (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina HAGÈGE, C. (1985). *L’homme de Paroles. Contribution Linguistique aux Sciences Humaines*. Paris: Librairie Artème Fayard, Folio Essais.

GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A. et al. (orgs.) *Descrição, análise e aquisição do português brasileiro*, São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes, 2007, p.513-528.

Garfield, Robert. 1992. *A History of São Tomé Islands, 1470-1655: The Key to Guinea*. San Francisco: Mellen Research University Press.

GOMES, H. A CPLP após a entrada da Guiné Equatorial. (Dissertação) Mestrado em Estudos Internacionais. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. (66p.)

GONÇALVES, P. **“Afiml o que são erros de português?”** □ Comunicação apresentada nas I jornadas de língua portuguesa Dinâmicas do português em Moçambique. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2005a.

GONÇALVES, P. (Dados para a) história da língua Portuguesa em Moçambique. Instituto Camões, 2000. <<<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portugues-mocambique.pdf>>>

GONÇALVES, P. Introdução. In: GONÇALVES, P. STROUD, C. (org.). Panorama do português oral de Maputo: vocabulário básico do português (espaço, tempo e quantidade) — contextos e prática pedagógica. **Cadernos de pesquisa**. vol. 4, n. 36. Maputo: INDE, 2000. p. 5-24.

Gonçalves, Rita. 2010. Propriedades de subcategorização verbal no português de São Tomé. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

Gonçalves, Rita. 2016. Construções ditransitivas no Português de São Tomé. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa.

Grosso, M. J. 2018. Política e ensino da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau (pós-1999). In: P. Feytor Pinto e S. Melo-Pfeifer (Coord.). *Políticas linguísticas em portugueses*. Lisboa: Lidel, p. 169-181.

GUIMARÃES, Joice Eloi; CAMARGO, Renata Tironi de. Confronto de vozes: a percepção de professores timorenses sobre questões político-linguísticas. **Atas 1.ª Conferência Internacional — A Produção do conhecimento Científico em Timor-Leste**. Díli, 2015, p. 65-71.

GUIMARÃES, Joice Eloi. Formação de professores em Timor Leste: o desafio da escrita em língua portuguesa. **Anais do XI CONSIPLE** [livro eletrônico] Organização Edleise Mendes [et al] design e editoração Aldo Gustavo Ribeiro. Salvador: SIPLE, 2017, p. 88-95.

GUINÉ — BISSAU, **Constituição (1973)**. Constituição da República da Guiné-Bissau. Promulgada em 24 de setembro de 1973. Boé.

GUINÉ EQUATORIAL-CENSO. Censo de población-2015: resultados preliminares.2015 Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160615083339/http://www.inege.gq/publicaciones/Censo2015_Folleto_R_Preliminares.pdf>. Acesso em: 29 mar.2019.

GUINÉ EQUATORIAL. *Cooperación cultural entre Guinea Ecuatorial y Brasil*. 27 julho de 2015. Disponível em: <<https://www.guineaequatorialpress.com/noticia.php?id=6783>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

GUINÉ EQUATORIAL. Nuevo texto de la Constitución de Guinea Ecuatorial, promulgada oficialmente el 16 de febrero de 2012. Disponível em : <<http://www.droit-afrique.com/upload/doc/guinee-equatoriale/GE-Constitution-2012-ESP.pdf>>. 28 mar.2019.

GUINÉ EQUATORIAL. *Nuevo texto de la Constitución de Guinea Ecuatorial*, promulgada oficialmente el 16 de febrero de 2012. Disponível em: <<https://www.cabri-sbo.org/pt/documents/ley-fundamental-de-guinea-ecuatorial>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

Günther, Wilfried. 1973. *Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe*. Marbourg: Im Selbstverlag.

HAGÈGE, C. (1996). *A Criança de duas Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget.

HAUGEN, Einar (2001). Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (ed.). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, p. 97-114.

HEINE, B.; NURSE, D. *African languages: an introduction*. Cambridge: CUP, 2000.

HEITOR, J. Guiné Equatorial: o inferno na terra. *Além-mar*, out. 2014. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EuEkkyEyulvtGyg EpT>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

HERNANDEZ, L. M. G. Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HERRERO VALEIRO (2011). *Guerra de grafias e conflito de elites na Galiza Contemporânea*. Santiago de Compostela: Através Editora.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. 276 p.

HULL, Geoffrey. Língua, identidade e resistência. In: **Revista de Letras e Cultura Lusófonas**, 14, Lisboa: Instituto Camões, 2001, 80-92.

HULL, Geoffrey. **The Languages of East Timor: Some Basic Facts**. Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, 2002.

Hult, F. M.; Johnson, D. C. (Eds.). 2015. *Research Methods in Language Policy and Planning. A Practical Guide*. Oxford: Wiley-Blackwell.

IILP. *Fá d'ambô: herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial*. 2014. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2014/10/16/fa-dambo-heranca-da-lingua-portuguesa-na-guine-equatorial/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

IILP. *Seminário “O potencial da Língua Portuguesa”, na Guiné Equatorial*. 3 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2016/10/03/seminario-o-potencial-da-lingua-portuguesa-na-guine-equatorial/>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ILHARCO, António & MURARGY, Murade. 18 anos CPLP: os desafios do futuro. Lisboa: Sersilito, 2014.

IMF. 2018. *Country Report: Democratic Republic of São Tomé and Príncipe*. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/08/02/Democratic-Republic-of-So-Tom-and-Principe-2018-Article-IV-Consultation-Fifth-Review-Under-46149>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Brasília, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **III Recenseamento geral da população e habitação. Maputo, 2007.** Disponível em: http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/lingua/. Acesso em: 05/05/2012.

Instituto Nacional de Estatística, 2016. *Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014 de São Tomé e Príncipe, Relatório Final*. São Tomé, São Tomé e Príncipe.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portaria de Credenciamento, recredenciamento e Descredenciamento de Postos Aplicadores. 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/outras_acoes/cepe_bras/legislacao/2013/portaria_n334_2013.pdf. Acesso em 08 Dez 2018.

INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (INDE). **Português, programa da 12.º Classe.** Maputo: Ministério de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.mec.gov.mz/img/documento/20100331060327.pdf>. Acesso em: 05/05/2013.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, A.M. (ed.). *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009, p. 87-106.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português. Uma história sociolinguística. In: SOUSA, J.S. et al (coords). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008, p.117-129.

INVERNO, L. Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax: evidence from Dundo. Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2011

JOHNSON, D. C. *Language Policy*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2013.

JOHNSON, D. C. **What is language policy?**. In: *Language Policy*. Palgrave Macmillan, London 2013.

Jones, M. M, B. Adrian, C. Angela (Eds.). **The Routledge Handbook of Multilingualism**. New York: Routledge, 2012

Joseph Errington. **Linguistics in a Colonial World: A Story of Language, Meaning, and Power**. Editora: Wiley, 2007

JOSEPH, John Earl (1985). 'Superposed' languages and standardization. *Saudi italiani di linguistica teoria e applicata*, anno XIV, 1-3, p. 35-51.

KASPER, G.; KELLERMAN, E. (eds) (1997). *Communication Strategies: Psycholinguistic and Sociolinguistic Perspectives*. London: Addison Wesley Longman.

KAMMEN, Douglas. Metaphors of Slavery in East Timor. In: BASTOS, Cristiana (ed). *Portuguese Literary & Cultural Studies: Parts of Asia*. 17/18. Massachusetts Dartmouth: Tagus Press, 2010. p.257-279.

KELLERMAN, E. & SMITH, M. S. (1986). *Crosslinguistic Influence in Second Language Acquisition*. New York: Pergamon Institute of English.

Kiesow, Sandra. 2017. Cocoa Culture on São Tomé and Príncipe: The Rise and Fall of Cocoa on the Islands in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Agricultural History* 91(1): 55-77. DOI:10.3098/ah.2017.091.1.55

KLOSS, Heinz (1959). 'Abstand Languages' and 'Ausbau Languages', *Anthropological Linguistics*, vol. 9, n. 7, p. 29-41.

KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. In: *Africana Studia* número 3. CEAUP: Porto, 2000.

KUMARAVADIVELU, B. **Linguística aplicada na era da globalização**. In: _____. (Org.) Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Kuzka, Robert; Pascoal, José. 2018. *Passaporte para Português 1*. Lisboa/Porto: Editora Lidel.

LAGARES, Xoán Carlos (2007). Sobre a noção de galego-português. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade. n. 35, p. 61-82.

LAGARES, Xoán Carlos (2008). Galego-português e o mito das origens. IN: Carmen Villarino Pardo, Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (orgs.). *Da Galiza a Timor. A lusofonia em foco. Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, p. 763-772.

LAGARES, Xoán Carlos (2013). O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.). *O português no século XXI. Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 339-360.

LAPA, Manuel Rodrigues (1973). A recuperação literária do galego. *Grial*, 41, p. 278-287.

LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/ complexity Science and second language acquisition. *Applied Linguistics*, v. 18, n. 2, 1997. p. 141-165.

LAUREANO, E. Os primeiros passos do português no mais novo país lusófono da CPLP. *Platô*, v.3, n.6, 2016, p. 74-81.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Disponível em: <https://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>, acesso em 28 de Março 2019.

LEVISKI, Charlott E. Rumos da CPLP: Da dimensão ideológica linguística para econômica. In: Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, 7, 2015, Córdoba. *Actas Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba*, 2015. v. 1. p. 245-252.

LIPSKI, J. Angola e Brasil: vínculos linguísticos afro-lusitanos. *Veredas* 9, 2008, p.83-98.

Liu, G. 2013. *Evolução do Ensino do PLE na China*. Revista do Portu-Nês, N.º. 4, pp. 33-48. Disponível em: <http://www.portunes-online.com/index.php/Index/directory/id/15>. Acesso em 03 de maio de 2014.

LOUREIRO, Rui Manuel. Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII. **Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, 14, 2001, 93-104.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2009.

LOURENÇO, Soraia Valy Mamade Feiteira. **Um Quadro de Referência para o Ensino do Português em Timor-Leste**. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2008.

Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. 2009. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante; Baxter, Alan. 2009. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. (eds.). *O português afro-brasileiro*, 101-124. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante. 2015. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto.

LUSA. CPLP devia fazer mais para a Guiné Equatorial acabar com pena de morte, considera Alex Vines. 20 de Novembro de 2018. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/cplp-devia-fazer-mais-para-a-guine-equatorial-acabar-com-pena-de-morte-considera-alex-vines_n1112544. Acesso em 08 Dez 2018.

LUSA. Guiné Equatorial abre embaixada em Lisboa dentro de um mês-CPLP. 01/02/2013. Disponível em: <https://paginaglobal.blogspot.com/2013/02/guine-equatorial-abre-embaixada-em.html>. Acesso em: 29 mar.2019.

LUSA. Moratória é, na prática, a abolição da pena de morte – embaixador da Guiné Equatorial. 15 dez. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/moratoria-e-na-pratica-a-abolicao-da-pena-de-morte---embaixador-da-guine-equatorial--10327554.html>. Acesso em: 04 fev. 2019.

LUSA. Português na Guiné Equatorial? É uma invenção. 01 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugues-na-guine-equatorial-e-uma-invencao_n1049406. Acesso em 08 Dez 2018.

MAASS, P. 2005. Who's Africa's worst dictator? Slate, jun. 2008. Disponível em: <https://slate.com/news-and-politics/2008/06/why-don-t-we-hear-more-about-equatorial-guinea.html>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MACIE, F. V. **Pré-Universitário: Português 11.^a Classe**. 1. ed. Maputo: Pearson Moçambique Limitada, 2009.

MACIEL, R. **Franco. Políticas linguísticas, conhecimento local e formação de professores de línguas**. In: _____. (Orgs.). *Política e Políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

MAHO, J. A classification of the bantu languages: an update of Guthrie's referential system. in: NURSE, D. & PHILIPPSON, G. (Eds.). *The bantu languages*. London & New York: Routledge, 2003, p.639-651.

MAHO, J. F. The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages. **NUGL Online**. p.6-124, 2009.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon Multilingual Matters. Multilingual Matters, Clevedon, 2007. p. 01-41.

MAKONI, Sinfre & PENNYCOOK, Alastair e MEINHOF, Ulrike. **Linguística na África, desconstruindo a noção de “língua”**. In: _____. (Org). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MAKONI, Sinfre & PENNYCOOK, Alastair. **Disinventing and Reconstituting Languages**. Journal of Sociolinguistics, V. 15, Number 3, Christof Demont-Henrich, University of Denver, 2011.

MAPASSE, E. L. A. **Norma e ensino do português no contexto moçambicano**. Tese (Doutorado em Letras, Área de Concentração em Linguística). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

Marcuschi, L. A. 2002. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. (org.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 19-36.

MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 2000.

MARIÑO PAZ, Ramón (1988). *Historia da língua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

MARTINS, Isabel P. FERREIRA, Ângelo. Ensinar e Aprender em Português em Timor-Leste: O caso do Ensino Secundário Geral. **Pelos mares da Língua Portuguesa 2**. Aveiro: UA Editora, p. 395-408, 2015.

Masuhara, Hitomi. 2011. What do teachers really want from coursebooks. In B. Tomlinson (Ed.). *Materials development in language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 236 – 266.

Mateus, M. H. M.; Nascimento, F. B. (Org.). 2005. *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa. Caminho.

Maurer, Philippe. 1995. *L'angolar: Un créole afro-portugais parlé à São Tomé*. Hamburg: Helmut Buske Verlag.

Maurer, Philippe. 2009. *Principense (Lung'le): Grammar, texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese Creole of the island of Príncipe, Gulf of Guinea*. London: Battlebridge.

MENDONÇA, Tiago. 1.^a CONFERÊNCIA ECONÔMICA DA CPLP. Maputo: março de 2018. Disponível em: https://www.relop.org/files/eventos/201710/Tiago%20Mendon%C3%A7a_CPLP.pdf. Acesso em 08 Dez 2018.

MENESES, Duarte Nuno de Castro. **Timór: de colónia a país nos fins do Século XX. Um sistema educativo em Re-estruturação (um estudo documental)**. Mestrado em Administração e Planificação da Educação. Universidade Portucalense. Porto, 2008.

MENEZES, Leonarda. Plurilinguismo, multilinguismo, bilinguismo: reflexões sobre a realidade linguística moçambicana. *Revista Percursos Linguísticos*, v. 3 n. 7, 2013, p. 81-91. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/4589>. Acesso em 08 Dez 2018.

MIGUEL, M.H. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *Lucere* 5, ano 4, 2008, p. 35-48.

MIGUEL, M.H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Nzila, 2003.

Milheiro, Ana Vaz. 2012. São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974). In Roque, Ana Cristina; Seibert, Gerhard; Marques, Vítor Rosado (orgs.). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 87-127. Lisboa: ISCTE-IUL.

MILLER, J. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, S. & SARAIVA, J. F. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.11-67.

MINGAS, A. Interferência do kimbundu no português falado em Lwuada. Porto: Campo das Letras, 2000.

MINGAS, Amélia. A. *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (MINED); INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (INDE) **Plano curricular do ensino secundário geral**: objetivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo: Imprensa Universitária, 2007.

Moita Lopes, L. P. (Org.). 2006. *Por uma linguística aplicada interdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.

MOITALOPES, L. P. **Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI**. In: ___. (Org.). *O português no século XXI? Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA-LOPES, P. *Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. (2013). São Paulo: Parábola Editorial.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica; conceituação e delimitação. In: Mollica, M. C.; Braga, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 9-14.

MONTEAGUDO, H. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. *Gragoatá*, n.32, 2012, p.43-51.

MONTEAGUDO, Henrique (1999). *Historia social da lingua galega. Idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. Vigo: Galaxia.

MONTEAGUDO, Henrique (2002). *Sobre a língua galega. Antoloxía. Martín Sarmiento*, Vigo: Galaxia.

MONTEAGUDO, Henrique (2012a). Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronia comparada. In: Xoán Carlos Lagares e Henrique Monteagudo (orgs.). *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói/Santiago de Compostela: Editora da UFF/Universidade de Santiago de Compostela, p. 37-104.

MONTEAGUDO, Henrique (2012b). A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., (orgs.) *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, pp. 51-64.

MONTEAGUDO, Henrique; LAGARES, Xoán Carlos (2017). Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro. *LaborHistórico*, vol. 3, n. 2, p. 12-27.

MPANZU, Mona. Lusofonia, identidade e diversidade cultural. Conferência Inaugural da I.^a Edição da Semana de Lusofonia no ISCED de Uige (29.09.2016) Disponível em: <http://monampanzu.over-blog.com/2016/10/lusofonia-identidade-e-diversidade-cultural.html>. Acesso em 08 Dez 2018.

NASCIMENTO, AUGUSTO. 2000. *Relações de poder e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe: de finais de oitocentos a meados do presente século*. Tese Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

NASCIMENTO, AUGUSTO. 2008. *Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.

NEGREIROS, ANTÓNIO LÔBO DE ALMADA. 1895. *História ethnographica da Ilha de São Thomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand/José Bastos.

NEVINSON, HENRY WOOD. 1906. *A modern slavery*. London/New York. Harper & Brothers.

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu*. 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

NUNES DE LEÃO, Duarte (1983). *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introd., notas e leitura de M. L Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NURSE, D. & PHILIPPSON, G. Towards a historical classification of the bantu languages. in: NURSE, D. & PHILIPPSON, G. (Eds.). *The bantu languages*. London & New York: Routledge, 2003, p.164-181.

NZAU, D. *A língua portuguesa em Angola. Um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, 2011.

OLIVEIRA, CARLA E COELHO, LUÍSA. 2008. *Aprender Português 1 – Compreensão Oral*, Texto Editores, Lisboa.

OLIVEIRA, CARLA E COELHO, LUÍSA. 2011. *Português Global 1*, Macau: Instituto Politécnico de Macau.

OLIVEIRA, CARLA; COELHO, LUÍSA; BALLMANN, MARIA JOSÉ. 2006. *Aprender Português 1*. Texto Editores, Lisboa.

ORMAN, Jon. **Language Policy and Nation-Building in Post-Apartheid South Africa**. V. 10, Austria, Springer Science+Business Media B.V, 2008.

PACHECO, José Augusto. et. al. **Plano Curricular do 3.º ciclo do ensino básico e estratégia de implementação**, Projeto de Desenvolvimento do Currículo do 3.º ciclo da Educação Básica em Timor Leste. Braga: Universidade do Minho, 2009.

Pan, Xiao Heng. 2014. *Linguagem e Identidade: Um Estudo Sociodiscursivo da Fala de um Macaense*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – University of Macau.

Passel, J. S. 2001. Censuses: Demographic Issues. In Smelser, Neil J. & Paul B. Baltes. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 1599-1605. Elsevier: DOI: <https://doi.org/10.1016/Bo-08-043076-7/00399-5>

PAULINO, Vicente. *Representação Identitária em Timor-Leste: culturas e os media*. 2012. 388f. Tese. Doutorado em Ciências da Cultura. Especialidade Comunicação e Cultura. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, 2012

PAULINO, Vicente. **Representação Identitária em Timor-Leste: Culturas e os Media**. 2012. 405 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências da Cultura, Departamento Anglistico, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

PELISSIER, R. *Histórias das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Vols. I e II. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

PENVENNE, Jeanne Marie. *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth, NH: Heinemann; Johannesburg: University of the Witwatersrand Press; Londres: James Currey, 1995.

PEREIRA, AMILCAR ARAUJO; VITTORIA, PAOLO. 2012. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 25(50), 291-311. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862012000200002>

PETTER, M. As línguas no contexto social africano. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p.193-219.

PETTER, M. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, F; MELO-PFEIFFER, S. (2018). *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel.

PLATAFORMA MACAU. Cplp quer consórcio para exploração de hidrocarbonetos. 2016. Disponível em: <http://www.plataformamacau.com/lusofonia/cplp-quer-consorcio-para-exploracao-de-hidrocarbonetos/> Acesso em 08 Dez 2018.

PONSO, L.C. O português no contexto multilíngue de Angola. *Confluência* (Rio de Janeiro), v.35-36, 2009, p.147-162.

PONTÍFICE, FERNANDA. 2007. Ensino/aprendizagem do português em contexto plurilíngue africano: Os grandes desafios. O caso de São Tomé e Príncipe. In Dolores Álvarez et al. (org.), *Actas do Colóquio Internacional sobre ensino/aprendizagem do francês e do português no contexto plurilíngue africano*, 99-105. Paris: Union Latine.

QUEIROZ, A. O. de. Áfricas lusófonas, África iberógrafa: a experiência literária da Guiné Equatorial. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.1, n.1 2010.

RAMOS, Francisco Pinto. *Resumo Sinóptico de Legislação da Província de Angola publicada no boletim oficial, nos últimos setenta anos 1900-1969*. Viseu: Tipografia Guerra, 1970.

RANCIÈRE, Jacques (1996 [1995]). *O desentendimento. Política e Filosofia*. São Paulo: Editora 34.

RAPOSO, E; NASCIMENTO, M; MOTA, M; MENDES, L. Gramática do Português (2013). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

REDE BRASIL CULTURAL. Entrega de certificados no NEB Malabo (2014) Disponível em: <<http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/publicacoes/35-nucleos/150-entrega-de-certificados-no-neb-malabo>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

REDINHA, J. *Etnias e culturas de Angola*. Coimbra: AULP, 2009.

RICENTO, Thomas. **Ideology, Politics and Language Policies: Focus on English**. John Benjamins Publishing Company Amsterdam / Philadelphia, V. 06, 2000.

ROUGÉ, JEAN-LOUIS. 1992. Les langues des Tonga. In: D'Andrade, E.; Kihm, A. (eds.). *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*, 171-176. Lisboa: Colibri.

SAMPAIO, G. *Portugal e Guiné Equatorial assinam protocolo para ensino da língua portuguesa*. 18 dezembro 2018. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/portugal-e-guine-equatorial-assinam-protocolo-para-ensino-da-lingua-portuguesa-390792>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SÁNCHEZ VIDAL, Pablo (2010). *O Debate Normativo da Língua Galega* (1980-2000). A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

SEBASTIÃO, JOÃO; CORREIA, SÓNIA VLADIMIRA. 2007. A democratização do ensino em Portugal. In: Viegas, José Manuel Leite; Carreiras, Helena; Malamud, Andrés (orgs). *Portugal no contexto europeu, volume 1, Instituições e Política*, 107-35. Lisboa: Celta.

SEIBERT, GERHARD. 1999. Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe. PhD dissertation, University of Leiden, the Netherlands.

SEIBERT, GERHARD. 2001. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.

SEIBERT, GERHARD. 2007. Angolares of São Tomé Island. In: Havik, Ph.; Newitt, M. (eds.). *Creole societies in the Portuguese colonial empire*, 105-126. Bristol: Bristol University Press.

SEIBERT, GERHARD. 2012. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Ensino Superior e Trajetórias em Portugal. In: Costa, Ana Bénard da; Faria, Margarida Lima de. *Formação superior e desenvolvimento: estudantes universitários africanos em Portugal*, 209-243. Coimbra: Edições Almedina.

SEIBERT, GERHARD. 2014. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912014000100002>

SEIBERT, GERHARD. 2015. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico* 40(2): 99-120.

SELINKER, L. e LAKSHMANAN, U. Language transfer and fossilization: the multiple effects principle. In: S. GASS e L. SELINKER (Eds.). **Language transfer in language learning**. Amsterdam: John Benjamins. 1994. p. 197-216.

SELINKER, L. (1992). *Rediscovering Interlanguage*. London: Longman.

SERAFIM, CRISTINA MARIA SEUANES. 2000. As ilhas de São Tomé no século XVII. Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

SEVERO, C. G. Política(s) Linguísticas e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

SEVERO, C.G. & MAKONI, S. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.

SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: Por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.

SHOHAMY, E. **Language Policy: Hidden Agendas and New Approaches**. Routledge, 2006 ISBN 1134333528, 9781134333523.

SIGNORINI, Inês. **A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para sociedade contemporânea**. In: _____ (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da. *Discursos sobre a língua (portuguesa) em Timor-Leste: entre colonialismos e resistências*. 2018. 342 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

SITOE, Bento. Línguas moçambicanas, como estamos? In: SERRA, C. (org.). *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* 1ed. Moçambique: Escolar Editora, 2014. p. 37-76.

SOUZA, G. *Ilha de Ano-Bom estabelece ligação da Guiné-Equatorial à lusofonia*. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/ilha-de-ano-bom-estabelece-liga%C3%A7%C3%A3o-da-guin%C3%A9-equatorial-%C3%A0-lusofonia/a-17832432>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

STROUD, C.; GONÇALVES, P. Introdução. In C. Stroud e P. Gonçalves (orgs.) **Panorama do português oral de Maputo. Vol. II:** A construção de um banco de “erros”. Maputo: INDE, 1997. p. 1-7.

STROUD, Christopher. Multilingualism in ex-colonial countries. In: AUER, P.; WEI, Li. (orgs.). *Handbook on Multilingualism and Multilingual Communication*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 509-538.

STROUD, Christopher. *Towards a Policy for Bilingual Education in Developing Countries*. Stockholm: Education Division at Sida, Department for Democracy and Social Development, 2002.

TAVARES, ANA. 2018. *Português XXI 1*. Lisboa/Porto: Editora Lidel, 2 edição.

TEIXEIRA E SILVA, R. (Org). 2012a. Apresentação. ‘Linguagem, cultura e interação: espaços simbólicos construídos em Língua Portuguesa na China e em Macau: histórias, personagens e espaços’. *Fragmentum*, 35, vol 1. Laboratório Corpus: Universidade Federal de Santa Maria.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL & LIMA-HERNANDES, MARIA CÉLIA. 2010. Ligas Urbanas: Atitudes Linguísticas na Trama Discursiva de Macaenses e Paulistas Caipiras. *Revista de Cultura* 35. Macau: Instituto Cultural.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL & MARTINS, C. 2011. “Intercultural interaction: Teacher and Student Roles in the Classroom of Portuguese as a Foreign Language”. In: Preisler, Bent; Klitgård, Ida & Fabricius, Anne. (eds.) *Language and Learning in the International University: From English Uniformity to Diversity and Hybridity*. Bristol, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL. 2012b. Novas Territorialidades Construídas em Língua Portuguesa no Espaço de Macau. *Platô: Revista do Instituto Internacional de Língua Portuguesa — IILP: Cabo Verde*.

TEIXEIRA E SILVA, ROBERVAL. 2015. Representações de países e regiões de língua portuguesa em materiais didáticos usados em Macau para o ensino de português como língua não materna. In ROCHA, Cláudia Hilsdorf et al (Eds). *Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização*. Campinas, SP: PONTES EDITORA.

Tenreiro, Francisco. 1961. *A Ilha de São Tomé*. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar.

THOMAZ, Luís Filipe. **Babel Lorosa’e: O problema linguístico de Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe. Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português. In: *ORIENTE*, n.1. LISBOA: FUNDAÇÃO ORIENTE, 2001. pp. 39-52

Thompson, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

TIMBANE, A. A.; MANUEL, C. Os crioulos em África são línguas de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. *Revista de Letras JUÇARA*, Caxias, v. 02, n. 02, p.107-126, dez. 2018.

TIMBANE, Alexandre; QUIRAQUE, Zacarias. Língua ou Línguas Portuguesas? A Variação Linguística na Lusofonia. Conference Paper, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316562098_LINGUA_OU_LINGUAS_PORTUGUESAS_A_VARIACAO_LINGUISTICA_NA_LUSOFONIA. Acesso em 08 Dez 2018.

TIMOR-LESTE. **Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo Ciclos**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2014.

TIMOR-LESTE. **Plano Curricular do Ensino Secundário Geral**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2011.

TIMOR-LESTE. **Plano do Currículo Nacional para a Educação Primária**. Ministério da Educação de Timor Leste, 2005.

TINGUIRI, K. L. Guiné Equatoriale : Une croissance sans développement? *Stateco* N°105, p.61-72, 2010

TOMÁS, G.; SECO, L.; SEIXAS, S; FAUSTINO, P; LAVINHA, J; ROCHA, J. 2002. The Peopling of São Tomé (Gulf of Guinea): Origins of Slave Settlers and Admixture with the Portuguese. *Human Biology* 74 (3): 397-411.

TORRES FELJÓ, Elias J. (2000). Norma linguística e (inter-)sistema cultural. O caso galego. In: Juan Manuel Carrasco et al. (editores). *Actas del Congreso Internacional de Historia Cultura en la Frontera. Primer Encuentro de Lusitanistas Españoles*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 967-996.

TRAVAGLIA, L. C. 2005. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez.

UNDP. Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update. Equatorial Guinea. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/GNQ.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África. In: Albert Adu Boahen (org.). *História geral da África*, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. pp.21- 50. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>. Acesso em 08 Dez 2018.

VALKHOFF, MARIUS F. 1966. *Studies in Portuguese and Creole: With special reference to South Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

VELOSO, J. 2007. Variação dialectal e sociolectal na aula de Português Língua Materna. Algumas reflexões e sugestões metodológicas. In: R. Bizarro (Org.). *Eu e o Outro. Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Porto: Areal, 262-268.

VELOSO, J. 2015. Peut-on apprendre la variété? Autour de quelques dimensions de la fixation et la transmission d'une norme phonétique et du rôle des linguistes. *Euskera* **60(2)**: 477-498.

VELOSO, J. 2017. Recensão crítica a Ana Maria Stahl Zilles, Carlos Alberto Faraco. *Pedagogia da variação linguística. Língua, diversidade e ensino*. São Paulo SP: Parábola Editorial. 2015. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* **12**: 247-255.

VENÂNCIO, J.C. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII – um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

YGOTSKY, L. S. (1973). *Aprendizaje y Desarrollo Intelectual en la Edad Escolar*. In Luria, A, R, [et al.]. *Psicología y Pedagogía*, 23-39 (trad.).

YGOTSKY, L. S. (1993). *Pensamento e Linguagem*. Trad. de J. L. Camargo. 1.^a ed. S. Paulo: Martins Fontes.

VERTOVEC, S. 2010. Towards Post-multiculturalism. Changing communities, conditions and contexts of diversity. *International Social Sciences Journal*. 61 (199), p. 83-95.

WELSCH, WOLFGANG. 1999. Transculturality: The puzzling form of cultures today. In: M. Featherstone, S. Lash (Eds.). *Spaces of culture – City, nation, world*. UK: Sage Publications, p. 194-213.

WELSCH, WOLFGANG. 2001. Transculturality: the changing form of cultures today. In: *Filozofski vestnik Letnik/Volume XXII. Številka/Number 2*, p. 59-86.

WILLIAMSON, K.; BLENCH, R. Niger-congo. In: HEINE, B.; NURSE, D. *African languages: an introduction*. Cambridge: CUP, 2000. p.11-42.

WORLDBANK. 2019. Health Nutrition and Population Statistics. Retrieved: 20/02/2019. Disponível em: <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/health-nutrition-and-population-statistics>.

YASEMIN, Yldiz. **In the Postmonolingual Condition**: Karin Sander's Wordsearch and Yoko Tawada's Wordplay. University of Illinois, Transit, California, 2011.

ZAMORA SEGORBE, A; OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R. *Fá d'ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial*. Florianópolis: Garapuvu, 2014.

ZAMORA SEGORBE, A. *Fá d'ambô: língua crioula de base portuguesa*. In: ZAMORA SEGORBE, A; OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R.(Org.) *Fá d'ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial*. Florianópolis: Garapuvu, 2014.

ZAU, F. Jaka Jamba e as ditas “línguas nacionais”. Disponível em: <https://www.novafrika.co.ao/mais/cultura/literatura/filipe-zau-jaka-jamba-e-as-ditas-linguas-nacionais-mencao-honrosa-foi-merecida-mas-sabe-a-pouco/>. Acesso em: 18/06/2019.

Zilles, A. M. Stahl; Faraco, C. A. (Org.). 2015. *Pedagogia da variação linguística. Língua, diversidade e ensino*. São Paulo SP: Parábola Editorial.

ZIMMERMAN, C. Historical trends in second language vocabulary instruction. In: J. COADY e T. HUCKIN (eds.). **Second language vocabulary acquisition**. Cambridge: Cambridge, University Press. 1997. p. 5-19.

ZOPPI FONTANA, Mónica (Org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

颜巧容 [Yan, Qiaorong] (2017). 中国内地与澳门特区及葡语国家在葡语专业教育领域的合作 [A cooperação na educação de língua portuguesa entre a parte continental da China e a Região Especial Administrativa de Macau e os Países de Língua Portuguesa]. 葡语国家发展报告 [Relatório do desenvolvimento dos países de língua portuguesa]. 王成安, 张敏, 刘金兰 [In. Wang Chengan, Zhangmin e Liu Jinlan]. 北京 [Pequim], 社科文献出版社 [Editora acadêmica de ciências sociais]: 44-57.

